



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA
CONSTRUÇÃO POSSÍVEL**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Daniéla Antonello Della Mía

Santa Maria, RS, Brasil

2008

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA CONSTRUÇÃO POSSÍVEL

por

Daniéla Antonello Della Mía

**Monografia apresentada junto ao Centro de Educação da
Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para a
obtenção do grau de Especialista**

Orientador: Prof^a Lorena Inês Peterini Marquezan

Santa Maria, RS, Brasil

2008

D357a Della Méa, Daniéla Antonello, 1982-

Avaliação na educação infantil : uma construção possível / por Daniéla Antonello Della Méa ; orientador Lorena Inês Peterini Marquezan. – Santa Maria, 2008
65 f. ; il.

Monografia (especialização) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional, RS, 2008.

1. Educação 2. Educação infantil 3. Avaliação 4. Projeto político pedagógico I. Marquezan, Lorena Inês Peterini, orient.
II. Título

CDU: 37-053.4

Ficha catalográfica elaborada por
Luiz Marchiotti Fernandes – CRB 10/1160
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Rurais/UFSM

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Especialização em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de
Especialização

**AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA CONSTRUÇÃO
POSSÍVEL**

elaborada por
Daniéla Antonello Della Méa

como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em
Gestão Educacional

Comissão Examinadora

Prof^a. Ms. Lorena Inês Peterini Markezan (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Prof. Dr. Celso Ilgo Henz (UFRGS)

Prof^a. Dr^a Rosane Carneiro Sarturi (UFRGS)

Prof. Dr. Clóvis Renan Jacques Guterres (UNICAMP)

Santa Maria, 18 de janeiro de 2008.

Dedico este trabalho a todos que estiveram comigo durante esta caminhada, principalmente a minha mãe que sempre me incentivou e acreditou no meu potencial.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a DEUS pela vida e pela saúde que me proporcionou, por me dar força durante os momentos de fraqueza e por ter me iluminado e abençoado neste processo de construção;

Agradeço a todos e principalmente minha família que vivenciaram e me incentivaram durante esta caminhada;

A professora Lorena que sempre me orientou com atenção e dedicação, demonstrando amor e esperança pela educação;

A escola que concedeu o espaço para a realização da pesquisa;

Ao Curso de Especialização em Gestão Educacional e professores que me proporcionaram conhecimentos que levarei para o resto da vida;

A minha colega e amiga Noemi pelas horas em que discutimos incessantemente as temáticas das disciplinas do curso e em especial, nossa monografia;

Ao meu namorado Rodrigo, pela atenção, paciência e incentivo.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil.

AValiação Na Educação Infantil: Uma Construção Possível

AUTORA: DANIÉLA ANTONELLO DELLA MÉA
ORIENTADORA: LORENA INÊS PETERINI MARCHEZAN
LOCAL E DATA: Santa Maria, 18 de janeiro de 2008.

Este estudo teve como objetivo verificar os diferentes pressupostos e critérios de Avaliação na Educação Infantil na escola envolvida, considerando a fase de desenvolvimento; como esta é articulada nos processos de Gestão Escolar e no Projeto Político Pedagógico; e destacar qual a concepção teórico-prática dos professores (as) sobre Avaliação na Educação Infantil. O estudo teve como aporte teórico autores como Hoffmann (1996, 1998, 1999, 2003) Lima (1999) Lück (2006) entre outros. A investigação desenvolveu-se através de uma abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso com a realização de questionários a professores e pais, observação em sala de aula e análise do Projeto Político Pedagógico. Foi possível constatar que a escola trabalha com a Avaliação na Educação Infantil de forma a atender ao desenvolvimento integral da criança, considerando a fase atual em que se encontram de aprendizagem, inserindo-se, assim, dentro do Projeto Político Pedagógico. Observou-se que a escola desenvolve princípios de uma gestão democrática integrando professores, funcionários, alunos, pais e comunidade em geral. Nesse sentido, a Avaliação foi apresentada como preocupação de pais e professores, acompanhando o aluno individualmente em todos os seus níveis de aprendizagem e que serve de forma a investigar as dificuldades e avanços de cada um. A partir disso, foi possível constatar que a Avaliação é parte de um processo que exige a participação de todos os envolvidos no contexto escolar.

Palavras-chave: Avaliação; Educação infantil; Projeto político pedagógico.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil.

EVALUATION AT CHILDREN'S EDUCATION: A POSSIBLE CONSTRUCTION

AUTHOR: DANIÉLA ANTONELLO DELLA MÉA
ADVISOR: LORENA INÊS PETERINI MARCHEZAN
PLACE AND DATE: Santa Maria, January 18th, 2008.

This study aimed to verify the different presuppositions and criteria of Evaluation at Children's Education at the involved school, considering the phase of development; how it is organized in the processes of Education Management and in the Political Educational Project; and to point out the teachers' practical theoretical conception concerning Evaluation at Children's Education. The study was based on authors as Hoffmann (1996, 1998, 1999, 2003), Lima (1999), Lück (2006) among others. The investigation was developed through a qualitative approach, of the type case – study with the carrying out of questionnaires to teachers and parents, the observation in classroom and the analysis of the Political Educational Project. It was possible to notice that the school works with the Evaluation at Children's Education in a way that it is satisfactory to the children's full development, considering the current phase of learning they are. Therefore, the school inserts itself in the Political Educational Project. It was noticed that the school develops principles of a democratic management, integrating teachers, employees, students, parents and the community in general. In this sense, the Evaluation was presented as parents and teachers' worry, observing the student in all levels of his or her learning and it works in a way that it investigates the difficulties and advances of each one. As a result of this, it was possible to notice that the Evaluation is part of a process that requires the participation of all the involved in the education context.

Key – words: Evaluation; Children's Education; Political Educational Project

LISTA DE ANEXOS

Anexo A - Questionários	57
Anexo B - Relatório de Avaliação	61

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1 APRESENTAÇÃO.....	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1 Aspectos de desenvolvimento na Educação Infantil.....	13
2.2 Educação Infantil e Projeto Político Pedagógico.....	22
2.3 Avaliação na Educação Infantil.....	28
3 DESENHO DA PESQUISA.....	33
3.1 Temática.....	33
3.2 Objetivos.....	33
3.2.1 Objetivo Geral.....	33
3.2.2 Objetivos Específicos.....	33
3.3 Questões de pesquisa.....	34
3.4 Abordagem metodológica.....	34
3.5 Sujeitos da pesquisa.....	36
3.6 Contexto.....	36
3.7 Instrumentos de coleta de dados.....	37
4 ANÁLISE DOS DADOS.....	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
6 REFERENCIAS.....	55
7 ANEXOS.....	59

1 APRESENTAÇÃO

O interesse pelo tema Avaliação na Educação Infantil surgiu pela oportunidade que tive durante a graduação desenvolver um trabalho sobre esse assunto, pois não se ouvia falar em pesquisas nesta área. A dificuldade que os professores enfrentam quanto ao tema Avaliação nas escolas é muito presente, principalmente quando se deparam em observar a criança e registrar cada passo individualmente.

Observa-se nas escolas a presença da Avaliação Tradicional e os diversos fatores que dificultam a superação dessa prática. Educadores de todos os graus de ensino acreditam em uma Avaliação Classificatória, tendo em vista formar adultos aptos a passar nos Vestibulares. Esta visão não é apenas de professores, mas também da sociedade, pois vemos diariamente nos meios de comunicação em geral e comentários de pessoas de todas classes sociais.

A verdade é que há um sério descrédito em relação às escolas inovadoras e o sistema de Avaliação é um dos focos principais de crítica da sociedade, uma vez que se constitui um componente decisivo na questão do produto obtido em educação. Enfim, a crença popular é que os professores tendem a ser menos exigentes do que tradicionalmente e que as escolas não oferecem o ensino competente à semelhança das antigas gerações.

Percebe-se a enorme dificuldade que os professores possuem ao elaborar uma proposta de Avaliação. Nesse sentido, Marques (1975, p. 36), destaca esta dificuldade de avaliar:

A avaliação do aluno é um dos problemas mais críticos das atividades do professor e provavelmente esta é a tarefa, das tantas que desenvolve, que apresenta um maior grau de incerteza relativo ao acerto ou não de proceder deste ou daquele modo.

Quando se fala em Avaliação, especificamente na Educação Infantil, pensa-se em considerar a criança em seus aspectos de desenvolvimento integral – físico, psicológico, intelectual e social – principalmente nesta fase de construção do conhecimento e da aprendizagem. É preciso ter em mente que o processo de ensino e aprendizagem estão ligadas à prática escolar.

Para isso, é necessário que os professores estejam comprometidos com essa tarefa e que esteja inserido na elaboração do Projeto Político-Pedagógico harmoniosamente com a Avaliação realizada.

A formação do educando se dá na formação de seus valores, estabelecendo contato direto com o mundo no qual ele vive. Será uma formação que o transforme em um cidadão autônomo e crítico, qualidades consideradas essenciais no mundo atual. Dessa forma, a Avaliação é considerada um processo de observação do desenvolvimento de cada educando.

A Avaliação é um processo contínuo onde exista interação entre educando e educador, este fornecendo subsídios para a construção de conhecimento daquele, fazendo com que o educando desenvolva-se, conheça-se como ser humano e construa sua identidade pessoal.

Diante disso, para Avaliação na Educação Infantil, aspecto principal a ser discutido nesta pesquisa, o necessário é que conste uma análise crítica e reflexiva sobre seus avanços nos aspectos globais do desenvolvimento da criança, sempre respeitando o ritmo de desenvolvimento de cada uma.

Neste sentido, o objetivo desta pesquisa é verificar os diferentes pressupostos e critérios de Avaliação na Educação Infantil na escola envolvida, considerando a fase de desenvolvimento; como esta é articulada nos processos de Gestão Escolar e Projeto Político-Pedagógico; além de destacar qual a concepção teórico-prática dos professores (as) sobre Avaliação na Educação Infantil. Para isso, faz-se necessário analisar tais concepções e práticas em sala de aula e como essa relação associa-se na teoria através do Projeto Político Pedagógico da escola.

Entende-se por Gestão Escolar, o que se refere à escola, constituindo na dinâmica da qualidade de ensino (Lück, 2006). Com isso o gestor terá que exercer funções pedagógicas, administrativas e financeiras dentro de uma gestão democrática na instituição escolar, no qual se inclui a participação da comunidade escolar (professores, funcionários, pais, comunidade em geral) neste contexto, transformando-se assim, em um espaço de participação mútua de todos os envolvidos no processo escolar.

Para a realização da pesquisa, foram utilizados questionários com a diretora, à coordenadora/supervisora dos anos iniciais, a professora regente da Educação Infantil, e com dois pais de alunos da Educação Infantil de uma Escola Municipal de

Ensino Fundamental da cidade de Santa Maria RS. A análise do Projeto Político-Pedagógico e observação foram os instrumentos utilizados durante a pesquisa.

A equipe diretiva e a professora regente responderam as questões referentes ao tema em questão sem nenhuma resistência. Aos pais foram entregues cinco questionários e entre estes retornaram dois.

De acordo com as falas, a escola trabalha com a Avaliação na Educação Infantil de forma a atender ao desenvolvimento integral da criança, considerando a fase atual em que se encontram em relação à aprendizagem, inserindo-se, assim, dentro do Projeto Político-Pedagógico.

Assim sendo, os estudos de Hoffmann (1996, 1998, 1999, 2003), Luckesi (1995), entre outros, serviram para aprofundar meu conhecimento referente a Avaliação dentro da temática pesquisada. Reflexões a respeito da Educação Infantil embasados nos estudos de Kramer (1999), Lima (1999), Zabalza (1998), Negrine (1994), e também Lück (2006), Veiga (1995), Libâneo (1989) que serviram de suporte teórico a respeito da Gestão Escolar e do Projeto Político-Pedagógico, auxiliaram-me para a construção do referencial teórico da minha pesquisa.

Por fim, a pesquisa apresentada está organizada através do referencial teórico, da temática, da metodologia empregada para a coleta de dados, os caminhos percorridos para posterior análise e a bibliografia utilizada que foi essencial para a realização deste estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Aspectos de desenvolvimento na Educação Infantil

Vivemos em um período em que as mudanças e as transformações sociais são uma constante. A luta pela sobrevivência, a pobreza, a discriminação, o desemprego e a competitividade, a qualquer custo, são os fatores mais agravantes ao qual a atualidade depara-se.

Nesse sentido, essas mudanças afetam, inevitavelmente, a maneira de se conceber o processo educativo e as ações pedagógicas. Ser professor torna-se uma atividade desafiadora, pois implica lidar com essas transformações e com a complexidade social existente.

[Re] significar as práticas educativas torna-se necessário, e isso poderá ser caracterizado através da Gestão Democrática, mais especificamente, pelo viés da participação de todos os atores educacionais a fim de que o processo educativo possa avançar.

Diante disso, faz-se necessário formular Políticas Públicas que incluam as instâncias do governo, da iniciativa privada e da sociedade civil com projetos que visem melhorias no setor da Educação, principalmente que se busquem propostas para a qualificação dos professores, dentro das atuais circunstâncias.

Ao refletir sobre o contexto em que ocorria a educação tradicional, percebe-se que a função da educação consistia em absorver os elementos intelectuais no sentido de que cabia aos estudantes reproduzirem as tradições da cultura e do conhecimento, uma vez que os modelos da realidade e do mundo caminhavam a passos lentos e havia como prever o futuro no qual estes alunos seriam profissionais.

Porém, atualmente, percebe-se que se faz necessário uma educação mais prospectiva do que retrospectiva. Como se torna impossível fazer previsões a longo prazo, Morin (2000, p. 80), atesta que:

As civilizações tradicionais viviam na certeza de um tempo cíclico cujo funcionamento devia ser assegurado por sacrifícios às vezes humanos. A

civilização moderna viveu com a certeza do progresso histórico. A tomada de consciência da incerteza histórica acontece hoje com a destruição do mito do progresso. O progresso é certamente possível, mas incerto. A isso acrescenta-se todas as incertezas devido à velocidade e à aceleração dos processos complexos e aleatórios de nossa era planetária, que nem a mente humana, nem um supercomputador [...], poderiam abarcar.

É necessário formar o aluno para ser um construtor de conhecimento, ao invés de reproduzidor do mesmo. É fundamental dar-lhe subsídios para que se torne sujeito de sua aprendizagem, ao longo de toda a sua vida, que o possibilite ter habilidades e competências para interagir neste atual contexto constantemente.

Até muito recentemente o atendimento a crianças de 0 a 6 anos, era vista de caráter médico e assistencial. A partir da década de 70 que a importância da educação de crianças pequenas é reconhecida e as políticas governamentais começam a ampliar o atendimento em especial das crianças de 4 a 6 anos (KRAMER, 1999).

De acordo com a nova Lei nº 11.114, do dia 16 de maio de 2005, torna obrigatória a matrícula das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental, sofrendo alterações nos Arts. 6º, 32 e 87 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996). Pela importância e complexidade da medida, têm sido apresentadas ao Conselho Nacional de Educação diversas questões de abrangência interpretativa e de orientação, que motivaram a indicação CNE/CEB nº 2/2005.

Tais questões provenientes de cidadãos, órgãos e instituições públicas e privadas dos sistemas de ensino, visam avaliar a incorrência desta medida em termos de tempo e abrangência, assim como os direitos, as responsabilidades e as competências implicadas (PARECER CNE/CBE nº18/2005).

Com efeito, a antecipação da idade de escolaridade obrigatória é medida que incide na definição do direito à educação e do dever de educar, o qual consta no art. 6º da Lei nº 9.394/96, e que foi modificado (PARECER CNE/CBE nº18/2005).

Os art. 6, 32 e 87 da Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996) entram em vigor na seguinte redação:

Art. 6 - “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental”.

Art. 32 – “O Ensino Fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública e a partir dos seis anos, terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante:

[...].

Art. 87 [...]

§ 3º

I – matricular todos os educandos a partir dos seis anos de idade, no Ensino Fundamental, atendidas as seguintes condições no âmbito de cada sistema de ensino:

- a) plena observância das condições de oferta fixadas por esta Lei no caso de todas as redes escolares;
 - b) atingimento de taxa líquida de escolarização de pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) da faixa etária de sete a catorze anos, no caso das redes escolares públicas; e
 - c) não redução média de recursos por aluno do Ensino Fundamental na respectiva rede pública, resultante da incorporação dos alunos de seis anos de idade;
- [...].

Essas mudanças produzem um avanço na qualidade da educação como incluir todas as crianças de 6 anos, ter menor vulnerabilidade a situações de risco, permanência na escola, aumento da escolaridade e inclusive na melhoria do processo de aprendizagem. (BRASIL, 2005, mensagem de veto).

Não se pode esquecer que os procedimentos pedagógicos necessitam estar de acordo com a faixa etária, respeitando o nível de desenvolvimento e aprendizagem de cada criança.

Em uma visão de escola tradicional, percebe-se que a escola trabalha a partir da idéia de que a aprendizagem vem após o desenvolvimento. Neste ponto de vista, “a criança primeiro precisaria adquirir maturidade (desenvolver as habilidades) para depois aprender” (GARCIA, 2005, p. 16).

De acordo com esse enfoque, a Educação Infantil deve preparar as crianças para depois elas serem alfabetizadas. No entanto, a escola trabalha o desenvolvimento consolidado, o que Vygotsky¹ criticava, afirmando que a escola, ao invés de trabalhar o futuro, trabalhava enfocando o passado de cada criança. A partir desse autor, percebe-se que a escola pode atuar no sentido de que o envolvimento com experiências de ensino e aprendizagem possam contribuir para o desenvolvimento infantil (GARCIA, 2005).

O desenvolvimento é parte da vida da criança e está marcado pelo contexto social ou interação do qual a criança participa. O comportamento que cada uma apresenta e as suas respostas relacionam a vários problemas que lhe são colocados no seu cotidiano. Em conseqüência, crianças diferentes, com vidas diferentes, recebem estímulos diferentes, estão expostas a solucionar problemas diferentes e

¹ O foco de preocupações desse autor foi o desenvolvimento do indivíduo e da espécie humana, como resultado de um processo sócio-cultural.

constroem padrões de referenciais e comportamentos diferentes. Existem vários caminhos através dos quais o desenvolvimento pode se revelar (ESTEBAN, 2005).

Baseado nisso, a Educação Infantil é parte de um processo de conhecimento intenso vivido pela criança interagindo com a realidade, isto é, ela está construindo conhecimento coletivamente, em sala de aula, com sua família, com pessoas próximas, etc.

A criança participa ativamente na construção da sua própria cultura e de sua história modificando-se e provocando transformações nos demais sujeitos com os quais ela interage.

Para Vygotsky (1991, p. 101), a aprendizagem favorece o desenvolvimento das funções da mente. Segundo esse autor:

O aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer. Assim, o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas.

Esse aprendizado inicia-se muito antes da criança entrar na escola, pois desde que nasce e durante seus primeiros anos de vida, encontra-se em interação com diferentes sujeitos – adultos e crianças – e situações, o que lhe vai permitindo atribuir significados a diferentes ações e vivências.

Muito embora a aprendizagem, que ocorre antes da chegada da criança na escola, seja importante para o seu desenvolvimento, Vygotsky (1991, p. 95) atribuiu um valor significativo à aprendizagem escolar que, no seu dizer, “produz algo fundamentalmente novo no desenvolvimento da criança”.

Esse novo pode ser caracterizado por atividades diversificadas, diferentes do que a criança estava acostumada a realizar no ambiente familiar, fazendo surgir às regras, os limites, a convivência, a socialização entre outros elementos fundamentais nesta fase de desenvolvimento.

Desde que nasce, ela também está em contato com diferentes linguagens. Já está em processo de aprendizagem da escrita e da leitura. Diante disso, a Educação Infantil possui papel fundamental na construção dessas linguagens. No entanto, Garcia (2005, p. 19), diz que:

Educação infantil não é apenas dar continuidade a aprendizagem da linguagem escrita, uma entre tantas linguagens, mas contribui para que as crianças vivenciem as diferentes linguagens utilizadas na sociedade, aprendendo a ler estas linguagens e a usá-las para se expressar – a linguagem corporal, a linguagem musical, a linguagem plástica, a linguagem televisiva, a linguagem cinematográfica, a linguagem fotográfica, a linguagem do vídeo, a linguagem da mímica, a linguagem teatral, e por que não, a linguagem da informática.

Este conjunto de aspectos de fazem parte de um processo que visa ao desenvolvimento de um cidadão crítico, participativo, enfim, a totalidade da criança.

Os conteúdos e competências a serem desenvolvidos na Educação Infantil como o desenvolvimento da coordenação motora, a motricidade, a socialização, as regras, os limites à autonomia, entre outros são indispensáveis à aprendizagem.

Através de brincadeiras cabíveis, a criança vai se desenvolvendo (ESTEBAN, 2005). Segundo a mesma autora, há outras funções que a Educação Infantil deve desenvolver:

[...] há espaço para brincadeiras, mas é preciso ensinar o silêncio, há valorização do lúdico, mas deve ficar bastante claro que as brincadeiras possuem objetivos sérios, há tentativa de trabalho criativo, mas esse não deve atrapalhar futuramente a cópia e a reprodução, há preocupação com o desenvolvimento das crianças em sua multiplicidade, mas é necessário que este múltiplo seja fragmentado, individualizado e reduzido ao que cabe no modelo aceito. Assim, é possível criar uma prática que, sob a aparência de dinâmica e criadora, vai preparando cada um para se adaptar ao imobilismo e a reprodução que caracterizam a relação pedagógica na escola (2005, p. 29).

Percebe-se que o trabalho dessas capacidades exige do educador o compromisso de trabalhar com a integração entre o cuidado e a educação. O desenvolvimento desses princípios é o caminho para que a criança chegue a sua maturidade e que consiga conviver melhor em sociedade.

Nesta mesma ordem, o papel do brinquedo é essencial para envolver as crianças no mundo da imaginação onde todos os desejos podem ser realizados. O brincar, integrado as áreas do conhecimento e interagindo com a realidade sócio-histórica do indivíduo, torna-se fundamental para a superação de concepção assistencialista na Educação Infantil. Fazem emergir a integração entre os cuidados e a educação, de acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), (1998, p. 23), volume 1, as instituições de Educação Infantil colaboram para a formação da cidadania, pois educar e cuidar na Educação Infantil:

Devem estar associados a padrões de qualidade. Essa qualidade advém de concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente, nas interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para a construção de uma identidade autônoma.

E esses elementos básicos para o desenvolvimento infantil, devem ser umas das prioridades a constar no Projeto Político-Pedagógico, promovendo assim, a melhoria da qualidade.

Para o autor Brougère (1997), a criança vive em um ambiente com diversos atos violentos. A brincadeira é um recurso que a criança procura para servir como divertimento em sua vida, fora de seu dia a dia. A brincadeira de guerra está presente na cultura humana. Ao buscar recursos do ambiente, a criança acaba se envolvendo em uma vasta expressão de violência. Assim, para este autor:

[...] a brincadeira aparece como um meio de escapar da vida limitada da criança, de se projetar num universo alternativo, excitante, onde a iniciativa é possível, onde a ação escapa das obrigações do cotidiano. É o universo alternativo que projeta a criança num mundo adulto, mas num mundo adulto mais apaixonante do que aquele que a cerca. Esse pode ser o universo da aventura, da exploração. Ora, a guerra é uma das principais fontes da exploração da aventura, da ruptura com o cotidiano (p. 78).

Portanto, o brinquedo é um recurso para a criatividade, para o desenvolvimento integral da criança, é um universo diferente, com regras, onde a criança pode exprimir liberdade e interagir com outras crianças, criando um ambiente de socialização e convivência com as demais pessoas envolvidas.

A guerra e a brincadeira estão baseados em um princípio de oposição, com a existência de um vencedor ao final do combate. Podemos destacar diversos tipos de brincadeiras, mas concluímos que a nossa cultura lúdica está marcada por essa estrutura em todos os tipos de brincadeiras.

A brincadeira de guerra está ligada a situações em que a criança se encontra, diante da violência do mundo contemporâneo. Mas não necessariamente a brincadeira pressupõe violência. É um tema essencial para o desenrolar da brincadeira. Mas quando a violência supera a brincadeira, ela deixa de existir. Corroborando com a idéia de Brougère (1997, p. 80) ao afirmar que:

A passagem para a ação é, justamente, a destruição da brincadeira. Ela é, antes de tudo, uma experiência com riscos controlados e limitados. É

passar, simbolicamente, pela experiência da violência sem sofrer suas conseqüências. Eis aí todo interesse da experiência da brincadeira. Onde há violência real (e não simplesmente agressividade) não existe mais brincadeira. As crianças sabem distinguir perfeitamente, a verdadeira briga da brincadeira.

Acontece que por traz dessas brincadeiras, a valorização da atividade lúdica se desenvolve em um ambiente de faz-de-conta, do mundo da imaginação, da criatividade. Como profissionais da educação, deve-se ter um extremo cuidado para que a brincadeira das crianças não se transforme em uma verdadeira briga, como argumenta o autor.

As atividades e brincadeiras que a criança desenvolve – livres ou dirigidas – devem ser atentamente observadas, para que a professora possa avaliar o nível de desenvolvimento que a criança se encontra auxiliando-a para responder as futuras exigências da escola (ESTEBAN, 2005). Assim, essa mesma autora afirma que a Avaliação:

[...] tem um significativo papel no direcionamento do desenvolvimento e da aprendizagem da criança. A cada momento em que se observa um “desvio” da criança em relação ao padrão estabelecido, buscam-se meios para “corrigi-la” redirecionando seu movimento. Esse movimento é parte de uma concepção que encontra no padrão estabelecido a referência para a harmonia buscada [...] (p. 23-24).

Corroborando com esta idéia, a Avaliação tem o objetivo de compreender o que a criança atingiu - e ainda tem dificuldades - em relação aos objetivos traçados pela professora para que o desenvolvimento torne-se desejável. Mesmo em brincadeiras livres, a Avaliação serve para acompanhar as manifestações da criança frente as situações que se apresentam.

Nos últimos anos, autores como Jean Piaget, Henry Wallon, e Lev Semyonovich Vygotsky, vem contribuindo com suas concepções sobre jogo e desenvolvimento infantil, favorecendo àqueles que trabalham com a Educação Infantil.

A seguir, Negrine (1994, p. 53) apresenta uma síntese de suas concepções:

Wallon	Piaget	Vygotsky
Classificação	Classificação	Classificação
Jogos funcionais= buscam afetos Jogos de ficção= representação	Jogos de exercício= prazer funcional Jogos simbólicos= representação	Não propõe uma classificação (entende que o surgimento de um mundo imaginário é que define o “jogo”

<p>Jogos de aquisição= compreensão Jogos de fabricação= combinação</p> <p>Características do jogo da criança</p> <ul style="list-style-type: none"> - jogo é expressão - as ficções de criança estão saturadas de suas observações - a imitação é a regra do jogo - um movimento não é um movimento, mas o que parece expressar - o que importa não é a materialidade do gesto, mas o sistema ao qual pertence determinado gesto - o ato motor pode ser técnico ou simbólico - no desenvolvimento, a função desperta com o crescimento do órgão - o desenvolvimento é a fusão entre o genótipo e fenótipo - o genótipo se refere aos aspectos biológicos - o jogo se inscreve no fenótipo, que é produto do social. 	<p>Jogos de regras= relações sociais</p> <p>Características do jogo da criança</p> <ul style="list-style-type: none"> - o jogo é assimilação, ou assimilação que predomina sobre a acomodação - o jogo no início é um complemento da imitação - o jogo surge na fase de imitação esporádica (2ª fase) - o símbolo lúdico aparece no 6º estágio da imitação, início da imitação representativa - os conteúdos do jogo são os interesses lúdicos - a estrutura do jogo é a forma da organização mental - assim como o símbolo substitui o simples exercício, a regra substitui o símbolo - a regra, além de sua regularidade, supõe a existência de dois indivíduos, pelo menos - o jogo adquire regras com a socialização da criança. 	<p>Características do jogo da criança</p> <ul style="list-style-type: none"> - o jogo completa as necessidades da criança - o prazer não é a característica definitiva do jogo - constitui-se "jogo" o surgimento de um mundo imaginário - a imaginação surge de ação; a criança imagina e ao imaginar joga - sempre que se produza uma situação imaginária, haverá regras (sem regras não há jogo) - o jogo é fator básico do desenvolvimento - a criança avança através da atividade lúdica, criando "zonas de desenvolvimento proximal" - as "zonas de desenvolvimento proximal" são funções que ainda não amadureceram, mas se encontram em processo.
--	--	--

Fontes epistemológicas do jogo e do desenvolvimento

Analisando esse quadro, pode-se observar que Piaget e Vygotsky possuem abordagens diferentes, mas ambos possuem uma posição construtivista. O pensamento de Vygotsky e Wallon está em sintonia ao entender que o jogo é produto das interações sociais.

Para as crianças o jogo e a brincadeira são maneiras de aprender e de se desenvolver. Ao desenvolver tais atividades as crianças vivenciam experiências fundamentais.

A brincadeira e o jogo são sentidos pela criança como um prazer, mesmo que se cansem. Para Macedo (2005, p. 31), há fatores que encantam a criança.

Há um afeto perceptivo, ou seja, algo que agrada ao corpo e o pensamento. Até o medo e a dor ficam suportáveis, interessantes, porque fazem sentido. Por isso, trata-se de uma experiência que pede repetição por tudo aquilo que representa ou mobiliza. Graças a isso, aprendemos a identificar informações ou qualidade nas coisas ou em nós mesmos – para reconhecer

coisas agradáveis e desagradáveis e, assim, variar as experiências e combiná-las das mais variadas formas.

Para este autor, uma das conseqüências no contexto de repetição, variação, recombinação e invenção é poder criar representações. Para ele:

Quando brincam de casinha, as crianças vivem a experiência de reconstruir o cotidiano e simbolizar a vida. Graças a isso, podem suportar ou compreender os tempos que a mãe, por exemplo, fica longe delas. Representar, mesmo num contexto de faz-de-conta, supõe envolvimento. O representado não está fisicamente aqui, mas simbolicamente sim. Envolver-se é relacionar-se com as coisas de muitos modos. E inventar situações mediadas por pensamentos e histórias construídas na brincadeira. É estar entre, fora, longe, perto, acima, abaixo, é construir simbolicamente um modo de imitar, jogar, sonhar, comunicar e falar com o mundo, inventando uma história nos limites das possibilidades e necessidades (p. 31).

Nesse sentido, para a criança se desenvolver, ela não quer somente brincar de faz-de-conta, mas brincar com elementos significativos do seu cotidiano. Jogos são experiências de trocas. Daí a necessidade do professor em sala de aula estabelecer limites, regras, tempo, espaço e objetivos.

O jogo pode diminuir o nível de ansiedade. Criar hábitos edificantes a partir dessas evidências pode auxiliar a criança a perceber o mundo e sua atuação frente a ele. Os limites pode ser trabalhados através de jogos de competição e com regras, levando a criança a aprender conceitos básicos de vida. Desenvolver a capacidade criativa através do jogo que ela mesma construa, podendo errar, acertar, criar, atividades que desenvolvam a imaginação, como o teatro, são importantes para a elevação da auto-estima. Jogos para desenvolver a autonomia, construindo sozinha, sendo ela a responsável pelos atos. A coordenação motora pode ser desenvolvida com tesouras, massa de modelar e todo o material que ela possa utilizar. Jogos de concentração através de materiais pequenos para pintar, colar e recortar. Para o raciocínio lógico, jogos que necessitam de planejamento e estratégias. Por fim os jogos cooperativos para estimular a desenvolver emoções, como as de saber ganhar e perder, saber jogar em grupo, agindo de forma adequada a manifestações de suas emoções. Essas atividades fazem com que a criança prepare-se para a vida em sociedade (LOPES, 2005).

Assim, “com objetivos claros cada atividade de preparação e confecção de um jogo é um trabalho rico que pode integrar as diferentes áreas de desenvolvimento infantil dentro de um processo vivencial” (LOPES, 2005, p. 36).

O jogo é uma forma de desenvolvimento da capacidade da criança. O jogo orientado pela professora na Educação Infantil é um excelente recurso atrativo e motivador na hora de avaliar o aluno.

Sendo assim, educar e avaliar através do jogo, segundo Wallon, Piaget e Vygotsky, é um instrumento fundamental, pois trabalha com a imaginação, a criatividade, os limites, a ansiedade, a autonomia, o respeito, as regras e todos os aspectos a serem considerados nesta fase de desenvolvimento.

2.2 Educação Infantil e Projeto Político Pedagógico

Destaca-se a importância do Projeto Político-Pedagógico da escola como elemento que consiste em subsidiar a ação pedagógica, cuja base legal encontra-se formulada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 1996 (LDB). Esta propõe a participação dos profissionais da educação, dos docentes e da comunidade escolar (fazem parte da comunidade escolar professores, funcionários, pais e alunos) na elaboração do projeto da escola, caracterizando-se, dessa forma, numa abertura para os sistemas de ensino na autonomia da sua gestão.

O Projeto Político-Pedagógico, citado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDBEN), no artigo 12 estabelecendo que: “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as dos seus sistemas de ensino, terão a incumbência de”:

I-elaborar e executar sua proposta pedagógica;

[...]

VI-articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de interação da sociedade com a escola.

Em seqüência, o artigo 13 nos diz: “os docentes incumbir-se-ão de”:

I-participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II-elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.[...].

Dessa forma, a LDB, Lei nº 9.394/96 institui que docentes e comunidade escolar estejam presentes na elaboração do Projeto Político-Pedagógico. O significado do termo Projeto Político-Pedagógico já explicita que são essenciais a

participação e autonomia neste processo de construção e, principalmente, atender a diversidade a qual a instituição encontra-se inserida.

Os Referenciais Curriculares para a Educação Infantil apontam que as instituições de Educação Infantil devem estar comprometidas com os princípios de democracia e com a formação para o exercício da cidadania pelas crianças.

De acordo com esse documento, a educação e o cuidado da criança de zero a seis anos supõe fixar para que tipo de sociedade isto será feito e como integrar as crianças e as famílias para adquirirem uma vida de cidadania plena, de acordo com o desenvolvimento das propostas pedagógicas.

A Avaliação é um componente essencial no Projeto Político-Pedagógico referente à Educação Infantil. Ela é construída a partir da realidade das crianças e o meio social onde elas e seus pais convivem. Não se podem ignorar as vivências destas comunidades.

Para tanto, o Projeto Político-Pedagógico para a Educação Infantil deve organizar os seus planejamentos avaliativos, através de registros e acompanhamentos de etapas alcançadas nos cuidados e de educação para crianças de 0 a 6 anos, pois, segundo a LDB, Lei nº 9.394/96, art. 31, “a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” (BRASIL, 1996).

As diretrizes políticas da educação tem por objetivo essencial reconhecer a Educação Infantil como um componente importante no processo educativo. Conforme Castro, (2001, p. 84):

Atendem à concepção da necessidade de todas as potencialidades da criança (desenvolvimento físico, cognitivo, social) e de suas experiências, em ação coordenada com a promoção à saúde e assistência social. Não se comprometendo com uma só das funções – cuidar e educar – a escola infantil deverá atender a ambas.

De acordo com essas considerações, é evidente que os objetivos serão diferentes conforme o nível de desenvolvimento e de situações específicas, considerando-se o estado de saúde, higiene e nutrição das crianças. No entanto, é através da Avaliação, entendida como um processo de tomada de decisões, que os educadores poderão, em grande medida, acompanhar o desenvolvimento das

crianças, verificar a qualidade de seu trabalho, das relações de seu trabalho e das relações com as famílias das crianças.

A Avaliação sobre os cuidados e educação de crianças de 0 a 6 anos é parte integrante do Projeto Político-Pedagógico e conseqüência de decisões tomadas pelas instituições de Educação Infantil.

A elaboração deste documento para a Educação Infantil exige, inicialmente, reflexão sobre a realidade a qual a criança está inserida e o meio social onde vive com seus familiares ou responsáveis. Não devemos ignorar as necessidades e os problemas destas comunidades.

Dentro disso, na formulação dos objetivos do Projeto Político-Pedagógico, é fundamental o diálogo sobre seu papel em relação à comunidade a ser atendida, pois através de sua ação, as classes de Educação Infantil podem ser ou não transformadoras de atitudes, conhecimentos e papéis.

A construção de um Projeto Político-Pedagógico que defina a Avaliação como um processo contínuo está distante de nossa realidade social. A Avaliação deve ser encarada como um processo constante, compreendendo o ambiente inserido, a realidade e as necessidades de cada população existente no contexto escolar. Segundo Borba (2005, p. 36):

[...] a necessidade de conceber a avaliação como uma incessante busca de compreensão das dificuldades do educando e na dinamização de novas oportunidades de conhecimento, processo este que implica uma reconstrução do significado do ato de avaliar, o que não acontecerá por experiências isoladas ou fragmentadas, mas por uma ação conjunta e continuada que ultrapasse os muros das instituições escolares e esteja pautada na compreensão crítica da realidade social, uma das mais significativas formas de formar sujeitos comprometidos com a vontade de mudar.

O professor necessita ser participante ativo em meio a uma construção coletiva de projetos da escola, com o envolvimento de pais, comunidade escolar e comunidade em geral. Deve-se, primeiramente, comprometer com o Projeto Político-Pedagógico de sua escola, ao qual baseia sua prática pedagógica e avaliativa. Infelizmente, grande parte dos professores desconhecem o Projeto Político-Pedagógico de sua instituição. Estão preocupados mais com o processo de ensino e aprendizagem do que com questões amplas sobre o mesmo. Esses professores deveriam, então, ultrapassar as paredes das salas de aula e ir a busca da

comunidade local para que eles tornem-se sujeitos ativos na tomada de decisões no contexto escolar.

Nesse sentido, “Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do Exercício da Criatividade e do Respeito à Ordem Democrática” (Brasil, 1998, Parecer CEB/NE nº22), são alguns dos elementos norteadores do Projeto Político-Pedagógico.

Esses valores morais que se almeja serem construídos pelas crianças, não se limitam a conseqüências de referenciais curriculares que demonstram metas de mudanças. São propostas fundamentais para se repensar a educação, mas necessita-se que a aplicação destas propostas sejam coerentes, pois não se desenvolve valores como autonomia, respeito e criatividade de uma hora para outra. Para Togneta (2003, p. 186), a escola é o principal local para desenvolver esses valores, pois seguindo o autor:

A escola apresenta-se, sem sombra de dúvidas, como um dos locais mais eficientes para a construção de valores ou virtudes, se quisermos. Pela troca entre iguais a criança constrói valores e atitudes. Na interação com outras crianças, com o adulto professor e a própria família é que esses valores e atitudes vão construindo parte de sua moralidade; porém, esse é um processo de construção interno, de estruturas que vão sendo incorporadas à outras já existentes.

A interação com outras pessoas é o principal meio para que a criança saiba conviver e se desenvolver intelectual, moral e socialmente num ambiente de diversidades ao qual o mundo se depara.

A participação dos atores educativos juntamente com a comunidade local propicia uma maior compreensão do funcionamento da escola, conseqüentemente da cultura organizacional, ao mesmo tempo em que a mesma requer conhecimento.

Para Libâneo (2002, p. 330), “a participação da comunidade possibilita a população o conhecimento e a avaliação dos serviços oferecidos e a intervenção organizada na vida da escola”.

Dessa maneira, faz-se necessário abordar os princípios que justificam esta gestão democrática da escola. Primeiramente, a escola deverá formar pessoas para serem cidadãs. A gestão democrática da escola é um avanço fundamental no processo de aprendizado da democracia. A escola está disponível à comunidade local, assim a gestão democrática de cada escola estará em disposição ao local que a mantém. Em segundo lugar, a gestão democrática pode aprimorar o ensino e

aprendizagem da escola, com a participação das pessoas que fazem parte do contexto escolar, poderá ter-se uma melhor compreensão de sua função e das pessoas que ali se apresentam; envolverá contato entre professores e alunos e aproximará o que é realmente conveniente para os alunos dos conteúdos ensinados pelos professores, ou seja, a realidade que os cerca. (GADOTTI, 1994).

O aluno, neste contexto, torna-se sujeito da aprendizagem quando o que está lhe sendo proporcionado (ensino), for significativo para ele. Para isso é necessário que ele participe das decisões do projeto da escola.

Ressaltam-se também os conselhos de classe e os conselhos escolares como forma de participação coletiva na escola, como se pode destacar o papel da direção a partir da postura de liderança que busca diálogo, participação, discussão coletiva e autonomia, elementos imprescindíveis que pressupõem a Gestão Democrática.

Libâneo (2002, p. 328) nos diz que: “A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento e organização escolar”.

O Projeto Político-Pedagógico e o planejamento participativo são elementos facilitadores do novo na escola. Diante disso é necessário formar professores prático-reflexivos, ou seja, com uma postura reflexiva a partir de um suporte teórico. Cabe ressaltar que o planejamento participativo e o Projeto Político-Pedagógico têm como objeto a vida cotidiana de todos os sujeitos envolvidos no ambiente escolar. A vida cotidiana contextualizada e problematizada serve de base para o planejamento participativo e o Projeto Político-Pedagógico. Para Veiga, (1995 p. 134) é “[...] com base nas integrações na cotidianidade que os indivíduos constroem-se”.

Diante do exposto, o tema Avaliação é um elemento fundamental do Projeto Político-Pedagógico, e é um objeto da construção coletiva.

Uma escola de qualidade é vista como competente, ágil, criativa e participativa. Isso deve estar definido no Projeto Político-Pedagógico da escola, componente fundamental na Gestão Escolar. A Avaliação é um dos temas mais questionados nos últimos tempos, por manter a avaliação como forma de “classificar” o aluno e garantir um ensino de “qualidade”.

As escolas estão arraigadas nesses princípios e superar esta prática exige esforços, principalmente dos mais importantes atores: os professores. Os resultados

quantitativos, a classificação dos alunos como “bons” e “maus” é um fator predominante, com a exposição dos resultados pelos professores. Os pais também exigem da escola esta forma de avaliação, pois a competição no mercado de trabalho os torna também classificatórios, reservando o espaço para os bons. Para Hoffmann (2005, p. 68):

[...] esses instrumentos estão a serviço de professor avaliador[...]Os instrumentos por si só não dizem nada. Eles só tem sentido para aquele que os interpreta[...] é papel do professor elaborar um teste ou planejar uma atividade para poder observar se os alunos estão aprendendo.

Seguindo o mesmo raciocínio, Luckesi (1995, p. 76), nos faz refletir sobre a prática avaliativa:

Então observemos que, pelo uso de elementos irrelevantes na prática avaliativa, somos antidemocráticos com os alunos, na medida em que os reprovamos ou aprovamos por aquilo que não é essencial à aprendizagem escolar, bem como impedimos o surgimento e a emergência de pessoas vivas e criativas, capazes de viver, construir conhecimentos, inventar coisas para essa nossa desgastada humanidade. Com certeza, essa prática de usar dados irrelevantes ao bel-prazer manifesta uma prática autoritária de avaliação e por isso mesmo, antidemocrática, uma vez que ela não serve ao crescimento do aluno no que se refere à elevação do seu patamar cultural, mas, ao contrário, contribui para que o aluno se afaste desse processo.

O professor, muitas vezes, fica inseguro no momento que se propõe a elaborar uma proposta de Avaliação. Não sabem se a Avaliação que estão realizando para seus alunos é relevante para a aprendizagem dos mesmos. Na Educação Infantil é fundamental que o professor tenha clareza da realidade de cada aluno e do período de desenvolvimento em que cada um se encontra, percebendo sempre a evolução e os limites encontrados em cada criança.

O tema Avaliação na Educação Infantil, deve ser adotada pelo professor como forma de verificar o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos, de acordo com suas realidades e do espaço escolar. De acordo com as palavras de Hoffmann (1996, p. 07):

Acompanhar a criança em seu desenvolvimento exige um olhar teórico-reflexivo sobre seu contexto sócio-cultural e manifestações decorrentes do caráter evolutivo de seu pensamento, significa respeitá-la em sua individualidade e em sucessivas e gradativas conquistas de conhecimentos em todas as áreas.

Sem contar que crianças que freqüentam a Educação Infantil possuem menos riscos de repetência e que o sucesso profissional está associado à qualidade do trabalho docente realizado durante este período.

A prática avaliativa na Educação Infantil resume-se no acompanhamento e nas oportunidades para o desenvolvimento máximo de cada criança. Ela deveria nortear a prática avaliativa no ensino regular que ao invés de incluir os menos favorecidos, acaba excluindo com seus métodos que “classificam” e que não respeitam a realidade e a bagagem que cada aluno carrega consigo.

2.3 Avaliação na Educação Infantil

Desde o ingresso da criança no contexto escolar, preferencialmente na Educação Infantil, ela é submetida ao processo de avaliação, correspondendo aos aspectos físicos, afetivos, cognitivos, lingüísticos, socioculturais, ao exercício da ludicidade, imaginação, da criatividade e da dimensão artística.

Segundo Zabalza (1998), a Avaliação na Educação Infantil costuma ser acompanhada por instrumentos que são destinados a registrar os processos e resultados que visam uma análise posterior, que permita o reajuste necessário, tanto referente ao aluno, quanto ao grupo em geral.

O professor necessita refletir sobre o verdadeiro significado da Avaliação na Educação Infantil. Rupturas tendem a acontecer em nome desta prática. Em consonância com Hoffmann (2003, p. 80-81), as rupturas deverão acontecer:

[...] entre as condições sociais e concretas da existência da criança e as expectativas definidas pelas instituições como ideais; entre as especificidades dos adultos e as expectativas lógicas das crianças; entre o que o educador efetivamente observa de sua criança, a cada momento, e o que as “listagens de comportamento” supõe que deva registrar.

Esse clima assemelha-se ao ensino regular. O exercício docente em Educação Infantil deverá considerar a realidade local e sua diversidade social e cultural.

Na prática avaliativa, verifica-se e conhece-se a realidade, o ambiente em que a criança vive e investiga-se as necessidades psicológicas e afetivas que cada uma

internaliza, para depois identificar que dificuldades cada uma possui ao invés de avaliar, do ponto de vista do “certo e errado”. Diante disto, Lima (1999, p. 29), nos diz que:

Quando uma criança erra uma tarefa proposta, ela denuncia, apenas, a ausência da estrutura mental pra resolvê-la (quando evidentemente não for um problema de ordem afetiva). É necessário que se encare os resultados dos trabalhos realizados pelas crianças como um índice de suas necessidades ao invés de vê-los como uma sentença.

Assim, deve-se encarar um erro de cada criança e propor atividades que estimulem seu desenvolvimento integral.

O processo de avaliação está inserido dentro de um ensino integral, tendo o professor acompanhando seu educando em seu desenvolvimento, através do diálogo, em busca de seus objetivos para a aprendizagem e alcançando suas potencialidades.

Durante o percurso escolar, observa-se pais e professores preocupados com aprovação e reprovação de alunos, sem considerar o que há de mais essencial: o desenvolvimento físico, cognitivo, social e psicológico do educando. Para Borba (2005, p. 38):

[...] a avaliação deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem.

O principal fundamento de uma proposta de Avaliação é a observação constante do adulto frente à criança. Isso requer o ato reflexivo permanente do docente, em que a criança possa ampliar suas possibilidades de descobrir o mundo que a cerca, que o adulto esteja disponível ao diálogo e as trocas entre ambos.

Por isso, a observação e o registro são os principais instrumentos que o professor dispõe para subsidiar sua prática pedagógica. Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, (RCNEI), volume 1:

Por meio deles o professor pode registrar, contextualmente, os processos de aprendizagem das crianças; a qualidade das interações estabelecidas com outras crianças, funcionários e com o professor e acompanhar os processos de desenvolvimento obtendo informações sobre as experiências das crianças na instituição. Esta observação e seu registro fornecem aos

professores uma visão integral das crianças ao mesmo tempo que revelam suas particularidades (BRASIL, 1998, p. 58-59).

O que se pretende nas Instituições de Educação Infantil e em escolas que a possuam é levar informações aos profissionais da educação para que se construa um ambiente educacional e pedagógico que contemplem o convívio com as diferenças, tornando um espaço prazeroso, que se possa conhecer o mundo da brincadeira, das relações com o ambiente e do convívio entre eles.

O RCNEI dirige-se para diversidade cultural da população, por isso “[...] é uma proposta aberta, flexível e não obrigatória[...]” e busca nortear os professores na construção do Projeto Político-Pedagógico.

O conteúdo deste referencial aborda que as instituições de Educação Infantil colaboram para a formação da cidadania, socializando discussões da prática pedagógica e sugerindo formas adequadas a faixa etária atendida. Através de reuniões os professores podem discutir sobre esses aspectos percebendo os avanços e as necessidades, envolvendo todos os conteúdos relevantes de desenvolvimento para a educação de crianças pequenas.

Diante de mudanças sócio-político-econômicas, a escola deve passar por um processo de transformação. Ter consciência que a escola está a serviço da comunidade, é um direito conquistado. Neste sentido, uma educação que reflita a qualidade pressupõe a formação para a cidadania, formando para o trabalho, de maneira solidária, crítica e participativa (GADOTTI, 2000).

Uma escola que comprometa-se com uma educação de qualidade para seus alunos, criando um ambiente acolhedor, com projetos para desenvolver as expectativas citadas acima e transformá-los em pessoas autônomas, é fator fundamental nas atuais exigências da sociedade.

Hoffmann tem considerado para as ações educativas nas instituições, atitudes de observação, análise e reflexão diante das manifestações das crianças ao qual ela relaciona a seus estudos sobre a Avaliação; concluindo que:

A percepção clara de que as expectativas do professor podem não corresponder às formas peculiares e próprias de a criança responder a situações; e que o acompanhamento do processo de construção do conhecimento se dá pela observação e reflexão permanentes sobre as manifestações das crianças (2003, p. 69-70).

É fundamental para o professor fazer observações atentas e curiosas sobre as manifestações de cada criança em particular. Sendo assim, Hoffmann (2003, p. 71) expõe dois pressupostos básicos de uma proposta de Avaliação na Educação Infantil: “observação atenta e curiosa sobre as manifestações de cada criança; reflexão sobre o significado dessas manifestações em termos de seu desenvolvimento”.

A autora utiliza os estudos de Freire para corroborar com suas discussões, quando ele diz que:

[...] é procurando compreender as atividades espontâneas das crianças que vou, pouco a pouco, captando os seus interesses, os mais diversos, (...) Por isso é que, em última análise, as propostas de trabalho nascem delas e de mim como professora. Não é de estranhar, pois, que as crianças se encontrem nas suas atividades e as percebam como algo delas, ao mesmo tempo em que vão entendendo o meu de organizadora e não de “dona” de suas atividades (apud HOFFMANN, 2003, p. 71-72).

Essas propostas de Avaliação enunciadas contradizem a idéia de avaliação tradicional que se evidencia entre professores. Observar e refletir é pressuposto básico para realizar uma avaliação de todo o desenvolvimento da criança.

O processo avaliativo só acontece em um espaço escolar acolhedor, sempre dialógica e coletivamente, levando em consideração os aspectos de desenvolvimento de cada criança. Seguindo as palavras de Hoffmann (1996 p. 39):

A ação avaliativa mediadora implica em projetar o futuro a partir de recortes do cotidiano, em delinear a continuidade da ação pedagógica, respeitando a criança em seu desenvolvimento, em sua espontaneidade na descoberta de mundo e oferecendo-lhe um ambiente de afeto e segurança para suas tentativas.

A criança necessita de atenção constante do seu desenvolvimento, considerando seu ambiente fora de sala de aula, ou seja, sua realidade na convivência de seus responsáveis. A Avaliação, neste sentido, é a observação constante das manifestações decorrentes do ambiente escolar e familiar.

Hernández (1998, p. 99) cita um instrumento de avaliação que despontam na atualidade que é o chamado portfólio. Segundo este autor é um:

[...] recurso de avaliação baseada na idéia da natureza evolutiva do processo de aprendizagem. O portfólio oferece aos alunos e professores uma oportunidade de refletir sobre o progresso dos estudantes em sua

compreensão da realidade, ao mesmo tempo em que possibilita a introdução de mudanças durante o desenvolvimento do programa de ensino. Além disso, permite aos professores aproximar-se do trabalho dos alunos não de uma maneira pontual e isolada, como acontece com as provas e exames, mas, sim, no contexto do ensino e como uma atividade complexa baseada em elementos e momentos de aprendizagem que se encontram relacionados.

O portfólio segundo Gardner (1999) também é chamado de pastas de trabalhos ou pastas de processos. Nelas, os alunos reúnem seus melhores trabalhos e representa um esforço para captar fases durante o desenvolvimento das atividades.

Quando a Avaliação é utilizada como forma de acompanhamento, o que deve-se levar em conta são o desenvolvimento de todas as funções referentes a Educação Infantil.

Através do parecer descritivo, é possível um olhar do desenvolvimento de todo o processo educacional da criança, pois deverá descrever o que a criança já alcançou e o que falta para ser superado.

De acordo com Corazza:

Pareceres descritivos são documentos que tem por propósito aparente comunicar, aos pais ou responsáveis pela criança, os progressos e as dificuldades individuais, fornecem sugestões de como melhorar e registrar os resultados parciais/finais do processo de aprendizagem da criança (apud MELCHIOR, 2003, p. 142).

O parecer descritivo serve como instrumento do processo de ensino e aprendizagem. Através dele os professores buscam compreender o aluno nos aspectos de desenvolvimento físico, cognitivo, psicológicos, suas necessidades, interesses, habilidades e detectar as dificuldades que cada um apresenta.

Assim, procurou-se trazer algumas considerações acerca da Educação Infantil e da Avaliação com a intenção de provocar algumas reflexões a respeito das mesmas. Apresentou-se algumas idéias de como proceder a Avaliação nesta fase tão importante da vida de uma criança. No entanto, pensar em avaliação na Educação Infantil é pensar na concepção de criança, de ensino, de aprendizagem, de educação e de escola como sendo o espaço social de formação pessoal.

3 DESENHO DA PESQUISA

O presente estudo foi realizado em uma escola da rede municipal de ensino de Santa Maria - RS, localizada na zona leste da cidade no bairro Pé de Plátano.

3.1 Temática

Inicialmente, foi necessário conhecer o que os professores e os pais pensavam a respeito da Avaliação e sobre Gestão Escolar, verificar como isso acontece na prática e de que forma está contemplado no Projeto Político-Pedagógico.

Sendo assim, apresenta-se à temática da pesquisa:

A Avaliação na Educação Infantil: uma construção possível.

3.2 Objetivos

3.2.1 Objetivo Geral

- Investigar como os gestores escolares compreendem o processo de avaliação na Educação Infantil

3.2.2 Objetivos Específicos

- Levantar os diferentes pressupostos e critérios de Avaliação na Educação Infantil na escola envolvida, considerando a fase de desenvolvimento;
- Verificar como a Avaliação é articulada nos processos de Gestão Escolar e no Projeto Político Pedagógico;

- Destacar qual a concepção teórico-prática dos professores (as) sobre Avaliação na Educação Infantil.

3.3 Questões de pesquisa

- Que tipo de Avaliação a escola, alvo da pesquisa, pressupõem em seu contexto escolar?
- De que forma a Avaliação na Educação Infantil está inserida na prática dos professores (as) em consonância com o Projeto Político Pedagógico?

3.4 Abordagem metodológica

A investigação desenvolveu-se através de uma abordagem qualitativa. Lüdke e André (1986, p. 13) analisam a concepção de cunho qualitativo de Bogdan e Biklen que nos diz: “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”.

A abordagem qualitativa dos dados permite com clareza, focar as questões levantadas pela pesquisa, bem como os objetivos dela decorrentes, conforme Ludke & André (1986, p. 18), a abordagem qualitativa “é aquela que se desenvolve numa situação natural, é rica em dados descritivos e tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”.

Para Richardsom et al (1999, p. 90), a pesquisa qualitativa “pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas” [...].

A forma assumida na pesquisa qualitativa é o estudo de caso que segundo Trivínõs (1987, p. 133) “é uma categoria de pesquisa cujo objetivo é uma unidade que se analisa aprofundadamente”.

Corroborando com a mesma idéia, essa definição se caracteriza por duas circunstâncias: "... a natureza e abrangência da unidade [...] e pelos suportes teóricos que servem de orientação em seu trabalho ao investigador" (TRIVINÕS, 1987, p. 134).

Para Gil (2002, p. 54), o estudo de caso "consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento" [...].

Segundo o mesmo autor, o estudo de caso serve para "proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados (2002 p. 55).

O questionário serve para verificar informações os quais os participantes pensam. Para Gil (2002, p. 114), entende-se por questionário "um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado". E acrescenta que "o questionário constitui o meio mais rápido e barato de obtenção de informações[...]" (2002, p. 115).

A observação serve para ter um contato direto com o ambiente pesquisado. Para Lüdke e André (1986, p. 26), "possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado [...]".

Por último, a análise documental a qual auxilia para a complementação de informações obtidas por outros instrumentos de pesquisa.

Lüdke e André (1986) verificam a exposição de Caulley a respeito da análise documental e afirmam que "a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse" (p. 38).

Para elaboração do suporte teórico da pesquisa fez-se um estudo bibliográfico fundamental para a dos dados coletados que, segundo Gil (2002), propicia um embasamento conceitual, o qual subsidia o pesquisador para posterior análise dos dados coletados em campo com relação à temática desenvolvida.

Bolzan (2002, p. 74) analisa a proposição de Bakhtin que aborda a importância da palavra no momento da comunicação e descrição dos dados questionados: "[...] acreditamos que a palavra se constitui em material fundamental da consciência, revelando-se como produto da interação entre os indivíduos durante a comunicação; ela constitui o meio pelo qual se produzem modificações sociais".

Neste sentido, pode-se dizer que a palavra representa um instrumento essencial de ajuda para a construção de conhecimentos. Então, os dizeres dos

participantes constituem o meio para chegar ao entendimento das questões propostas pela pesquisa.

3.5 Sujeitos da pesquisa

Participaram da pesquisa a Diretora, a Coordenadora/supervisora dos anos iniciais, uma professora de Educação Infantil e dois pais. Foi utilizado um questionário para cada colaboradora que responderam as questões com disponibilidade, duas observações realizadas durante duas semanas, com uma turma de Educação Infantil com idades entre 5 e 6 anos e análise do Projeto Político-Pedagógico para melhor compreensão das propostas e a prática dos (as) professores (as).

Para identificar as participantes, utilizei o respectivo cargo de cada professora, já os pais identifiquei como mãe (1) e mãe (2).

A Diretora é Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria, é graduada há 14 anos e trabalha há 20 anos nesta instituição.

A Coordenadora/supervisora dos anos iniciais é graduada em Pedagogia – Pré-escolar, tem Especialização em Administração/supervisão, é Mestre em Educação e trabalha há 10 anos nesta instituição.

A Professora regente tem Graduação e Pós-Graduação em Educação Infantil e trabalha há 15 anos com Educação Infantil.

3.6 Contexto

Há pelo menos 78 anos, a escola vem atendendo as necessidades da comunidade local, com o intuito de lutar por uma escola pública de qualidade, trabalhando com compromisso e seriedade para que se torne um espaço em constante crescimento para a construção do conhecimento.

A escola atende a uma demanda de crianças de Educação Infantil e Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, com uma média de 200 alunos. Sua estrutura física é pequena, contendo poucas salas de aula, dois banheiros e uma cozinha.

À origem predominante, dos alunos, na escola é brasileira, apresentando-se algumas raças como negros, índios e mulatos, predominando o branco com a mistura do negro.

Algumas das famílias sempre moraram nesta localidade, outras habitam por algum tempo e em sua grande maioria recentemente. Há proximidade entre as residências dos diversos alunos e também em relação à escola, porém a escola situa-se geograficamente fora do espaço comunitário, dificultando, o acesso, principalmente, em dias de chuva. Muitos alunos utilizam-se de um atalho por entre o mato de eucaliptos e a sanga, que são divisas com a escola e a comunidade.

Em geral, as famílias pertencem a uma economia informal (venda de roupas, sapatos, artesanatos, serviços gerais...).

3.7 Instrumentos de coleta de dados

Foi elaborado um questionário (ANEXO A) para a Diretora, a Coordenadora/supervisora, a professora de Educação Infantil e aos pais, que serviu para análise posterior, proporcionando uma leitura do Projeto Político Pedagógico para verificar e melhor compreender o processo entre teoria e prática, além da observação que possibilitou fazer uma relação entre teoria e prática.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A partir dos questionários, da observação e da análise do Projeto Político-Pedagógico, inicia-se a descrição dos dados levantados durante o período em que se realizou a pesquisa.

Aprofundando a análise das respostas durante a investigação, percebemos que o recurso de categorias poderia auxiliar na compreensão das falas.

Ao analisar as diferentes narrativas das professoras e dos pais, sendo eles individuais, pode-se evidenciar na maioria dos momentos a categoria de **concepção em construção**.

Observei nas narrativas das professoras e dos pais, características de concepção em construção. A boa sustentação teórica que as professoras apresentaram e algum conhecimento prático dos pais foram fatores que fez emergir a concepção em construção. A discussão com o grupo, mesmo que não constantemente, é um fator que auxilia no trabalho pedagógico da professora regente.

Nesse sentido, utilizei categorias respaldadas em Bolzan (2002) para auxiliar na análise dos dados obtidos durante a pesquisa.

A seguir, o quadro-resumo das categorias segundo Bolzan (2002 p. 88):

Concepção em construção	<ul style="list-style-type: none">▪ Disposição para repensar a prática;▪ Estabelecimento da relação teoria e prática;▪ Apropriação do conhecimento pedagógico construído coletivamente.
Concepção cristalizada	<ul style="list-style-type: none">▪ Dificuldade de apropriação do conhecimento pedagógico;▪ Discurso/falas monologas.

Caracterizei a categoria **concepção em construção** segundo o aporte teórico de Bolzan, (2002, p. 88): “disposição para repensar a prática; estabelecimento da relação teoria e prática; apropriação do conhecimento pedagógico construído coletivamente”.

Essas evidências ficam explícitas nas descrições das professoras. Ao analisar o conceito de Gestão Escolar e Avaliação na Educação infantil, surgem os comentários:

“Acredito que a Gestão da Escola envolve aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros que precisam estar articulados e inter-relacionados com a Proposta da Escola, bem como as funções exercidas pelos sujeitos lá inseridos. Quanto à avaliação, entendo que é um mecanismo que potencializa o olhar no cotidiano desse tripé, no sentido de pontuar “na”, “da” e “para a” ação, tanto em micro quanto em macro ambiente” (Diretora).

“A Gestão Escolar representa uma mudança de postura um novo enfoque de organização com relação às múltiplas questões que envolvem o universo escolar. Autonomia Pedagógica-Administrativa-Financeira, descentralização do poder e planejamento participativo. A avaliação deve perpassar todos os segmentos da escola consolidando uma prática pedagógica emancipatória” (Coordenadora/supervisora).

“Interligadas, penso que como professor frente a alunos, tenho que planejar, organizar as atividades junto às crianças coerentes com as avaliações que faço da turma” (Professora regente).

Esses comentários quanto à Gestão Escolar e Avaliação abordam que os aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros devem estar interligados com o Projeto Político-Pedagógico procurando sempre o respaldo na comunidade (funcionários, pais, alunos) e também como as funções dos sujeitos inseridos nesse espaço.

Para viabilizar um Projeto Político-Pedagógico, os processos de Gestão Escolar envolveriam um ambiente democrático na escola, colocando todo o seu interior a promover uma participação de todos os atores, da escola e da comunidade em geral, partindo sempre da realidade local.

Para a resposta da professora de Educação Infantil, entende-se que Gestão Escolar e Avaliação estão interligadas, mas somente aquela está em sala de aula,

frente ao aluno, planejando e organizando atividades juntamente com as crianças, isso tudo relacionado à Avaliação da turma.

Essa resposta demonstra a concepção de Gestão Escolar em uma organização de sala de aula, ao contrário da equipe diretiva, que coloca a Gestão Escolar como sendo a organização da escola no geral.

Assim, a professora demonstra uma concepção em construção, pois embora restringindo a Gestão Escolar apenas em sala de aula, é uma forma de se conceber, no ponto de vista da mesma, o processo de Gestão de Escola.

Seguindo o mesmo raciocínio, outra questão mencionada diz respeito ao papel do gestor frente à Avaliação e quais as relações que as mesmas estabelecem. As respostas emergiram de forma que, elas possuem relação direta, pois para que os objetivos da escola aconteçam de forma coerente, é necessário que sejam avaliadas constantemente para possibilitar melhorias no âmbito tanto pedagógico quanto administrativo que envolvam toda a comunidade escolar.

Para a opinião da professora regente, o gestor serve de aproximação no momento em que se avalia, de seus alunos e em que ela direciona seu trabalho.

Gestor e Avaliação constituem um elo importante, pois está corroborando com a resposta da professora regente, “aproximar dos alunos”, assim cria-se um vínculo maior e compreende-se as dificuldades e os avanços que cada criança apresenta em sala de aula. E ainda, conhecer a criança, sua realidade, seus desejos, suas angústias são aspectos indispensáveis a serem considerados pelos professores na fase de desenvolvimento da Educação Infantil.

Ao questionar aos pais sobre sua participação e opinião no processo escolar de seus filhos, as manifestações foram: através de reuniões, de eventos e apresentações. Neste sentido percebe-se que a comunidade é solicitada para freqüentarem, na medida do possível, a escola. É de extrema importância a participação da comunidade dentro do espaço escolar. De acordo com Lück (2006, p. 21), o conceito de participação está ligada ao:

Trabalho associado e cooperativo de pessoas na análise de situações, na tomada de decisão sobre seu encaminhamento na ação sobre elas, em conjunto, a partir de objetivos organizacionais entendidos e abraçados por todos.

Então a participação de todos os segmentos da escola é de suma importância para que esta conquiste seus ideais juntamente com essas pessoas inseridas neste contexto.

Quanto à questão solicitada sobre a concepção de Avaliação para professoras e pais, as respostas foram unânimes com um olhar sobre o desenvolvimento integral da criança (nos aspectos físicos, cognitivos, afetivos e sociais) trabalhando com as competências e habilidades da criança, seu relacionamento no grupo e estando ela no centro do processo, abordando também, a eficiência do professor. Daí parte a reflexão constante da atuação do professor ao qual mencionarei mais adiante nesta análise.

A Avaliação é realizada trimestralmente através de relatórios. Segundo as gestoras a Avaliação é um mecanismo que potencializa o olhar no cotidiano dessa relação. Percebemos, pois através desse comentário:

“[...] utilizam-se critérios avaliativos elencados nos planos de estudos, são descritos num relatório de avaliação trimestral” (Diretora).

A professora regente destaca:

“[...] acompanhamento individualizado através de pareceres descritivos e atualmente uso de fichas”.

Nesse sentido, constatou-se que o acompanhamento individualizado era, e é descrito através de pareceres descritivos (neste período o Projeto Político-Pedagógico estava sendo reformulado) utilizando-se de fichas conforme (ANEXO B) Hoffmann (1998, p. 39), exemplifica:

Se um professor assinalar – sim/ não/ às vezes no aspecto “participa das atividades em sala de aula”, na ficha de avaliação de um aluno, o que significará esse dado? Da forma como se apresenta essa ficha, é apenas mais um dado “quantitativo” e “classificatório”. Quantitativo no sentido de que, dentre tantos comportamentos a serem atingidos, representa que o aluno atingiu/ não atingiu mais um. Classificatório e comparativo no sentido de que ele atingiu/ não atingiu um item que outros alunos atingiram, classificando-o em bom ou mau aluno.

Para Hoffmann (1998, p. 41), uma “análise qualitativa fornece ao educador subsídios essenciais ao processo mediador. É ela que fornecerá subsídios ao professor e aluno para a continuidade do processo educativo”.

No final de cada ficha de Avaliação percebe-se que há um espaço para anotações que são complementadas conforme o desempenho de cada aluno. Concebe-se esse instrumento como uma descrição do desempenho do aluno, pois neste espaço pode-se descrever algo para motivação do que o aluno adquiriu até determinado momento, ou considerações que ele, em seu processo de desenvolvimento, ainda não atingiu. A Avaliação sendo realizada através de fichas, necessita, e é realizado neste processo, o acompanhamento diário de cada aluno o qual servirá para elaborar o parecer do mesmo durante o trimestre.

Hoffmann (1998, p. 39) define o aspecto qualitativo que seja através de “observação e interpretação do professor das manifestações dos alunos”.

Percebeu-se que o processo avaliativo requer do professor conhecimentos práticos e teóricos. Conhecer seus alunos, a realidade que os cerca, suas histórias de vida, além do mais possuir conhecimentos teóricos sobre o processo de Avaliação. O professor necessita saber a finalidade do que é avaliar um aluno. A professora regente destaca que, para avaliar é necessário observação constante, verificando as habilidades que eles adquirem durante o processo.

A menção destas palavras demonstram uma concepção em construção, pois ela está relacionando a teoria com a prática, evidenciando os aspectos a serem considerados no momento em que se avalia, neste caso, diariamente, a todo o momento.

Estas colocações nos mostram que Avaliação depende da realidade a qual a escola está inserida bem como valorizar diariamente as diferenças existentes dentro do ambiente escolar.

Segundo os pais a Avaliação é importante nesta fase de desenvolvimento, pois é uma maneira de verificar o que, naquele momento, a criança precisa melhorar. Para a mãe (1), o interesse do filho é em “realizar contas e escrever seu nome”. Essa mesma resposta aparece quando se questiona o que deveria ser acrescentado no processo avaliativo.

Essas concepções demonstram uma **concepção cristalizada** evidenciada na fala da mãe, pelo fato de não possuir conhecimento em relação a esta fase de

desenvolvimento. Não ter consciência de que nesta fase a prioridade é que se dê atenção aos aspectos físicos, psicológicos, morais e sociais da criança.

Essas narrativas fazem emergir a categoria **concepção cristalizada** segundo respaldo teórico de Bolzan (2002 p. 88): “dificuldade de apropriação do conhecimento pedagógico; discurso/falas monologas”.

No momento em que a mãe coloca que o filho está interessado em “fazer contas e escrever seu nome”, parte do pressuposto de que a criança normalmente, nesta fase, está passando por um momento de ansiedade, pois no instante em que ingressam na escola tudo é novo, pessoas diferentes, convivência com vários colegas diferentes, um ambiente diferente e recebendo estímulos diferentes da sua casa e tendo contato com materiais diferentes ela interessa-se mais com o processo de escrita de seu nome e com os números.

Na questão solicitada para as professoras se o processo avaliativo na Educação Infantil está contemplado no Projeto Político-Pedagógico da escola, elas afirmam que está de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), no art. nº 29 que considera aspectos do desenvolvimento infantil como os físicos, cognitivos, afetivos e sociais, conforme respostas da diretora, coordenadora/supervisora e da professora regente.

Conforme os discursos:

“Tanto institucionalmente como também em seus aspectos formativos que consideram essa fase de desenvolvimento [...]” (Diretora).

“O processo de avaliação está de acordo com a proposta pedagógica e LDB/96, considerando o desenvolvimento infantil nos aspectos físicos, cognitivos, afetivos e sociais” (Coordenadora/supervisora).

“[...] O PPP (Projeto Político Pedagógico) previa³ observações diárias, acompanhamento individualizado [...]” (Professora Regente).

Observa-se que segundo as respostas, estão contemplado o desenvolvimento integral da criança como forma integrada do processo avaliativo. De acordo com a LDB/96, art. nº 31: “Na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental”.

³ Nesta fase da pesquisa o Projeto Político Pedagógico estava sendo reformulado.

No Projeto Político-Pedagógico, também constam os aspectos levados em consideração durante o processo avaliativo mencionados pelas professoras tais como às atitudes de desenvolvimento da criança no processo de construção de conhecimento, de socialização, de novas descobertas de ensino e aprendizagem.

Ao analisar as respostas dos pais a questão que solicitava seu entendimento sobre Gestão Escolar, percebeu-se que tanto a mãe (1) quanto a mãe (2) não compreendem o que seja Gestão Escolar. A mãe (2), responde com uma colocação confusa, não delimitando uma concepção coerente para cada questão.

Conforme respostas:

“Entendo de avaliação, como ele está se desenvolvendo no colégio e o que ele está aprendendo” (mãe 1).

“As crianças devem ir cedo para a escola pra aprender” (mãe 2).

Pode-se verificar que a mãe (2) possui concepção cristalizada acerca do conceito de Gestão Escolar, pois não define claramente a referida questão. A dificuldade de argumentar teoricamente e de compreensão da questão estão claramente evidenciadas.

Neste caso, caberia aos professores esclarecer sobre esse assunto, através da interação da escola com a comunidade, do diálogo que é fator fundamental para a construção de uma gestão participativa, para que ambos sejam beneficiados: professores mais engajados com a realidade de sua escola a fim de conhecer melhor os alunos que ali se inserem e comunidade escolar compreendendo melhor o funcionamento da escola.

A mãe (1) acredita que a avaliação é como “ele” (está se referindo ao filho) está se desenvolvendo. Aqui se percebe a concepção da mãe preocupada com o desenvolvimento e aprendizado do filho. Essa mãe acredita que a Avaliação é um instrumento do processo ao qual o filho faz parte – o de ensino e aprendizagem.

Ao questionar sobre os instrumentos de Avaliação que acreditam ser válidos para avaliar os alunos da Educação Infantil - para a equipe pedagógica e para os pais – mais uma vez evidencia-se a concepção em construção, pois apropriam-se do conhecimento teórico e prático e acreditam que não exista uma forma restrita de avaliar o aluno e que depende muito do ritmo de desenvolvimento de cada um. Segundo as professoras e a resposta dos pais, o parecer descritivo, os trabalhos, as

apresentações orais, a participação em aula, à criatividade e o portfólio são instrumentos válidos no momento de avaliar um aluno. Veremos as respostas:

“Não acredito em uma forma restrita de acompanhar o desenvolvimento e as aprendizagens do aluno [...]” (Diretora).

“A avaliação deve se dar nos diferentes aspectos da formação da criança” (Coordenadora/supervisora).

“Que ela (avaliação) deverá acontecer constantemente, no dia a dia, nas observações diárias e não só produto final do processo de desenvolvimento da criança” (Professora regente).

A criança deve ser considerada o centro de prática avaliativa, tendo o professor que refletir teoricamente sobre as possibilidades das crianças respeitando o estágio de desenvolvimento em que se encontram. Os registros de Avaliação devem considerar a criança nos caminhos de desenvolvimento pleno.

A observação e a reflexão permanentes do professor são indispensáveis, oportunizando as crianças a terem experiências enriquecedoras ampliando as possibilidades de descobrir o mundo que a cerca. Um mundo em que o adulto possa dialogar e trocar idéias com elas.

Na questão que solicitava se as professoras achavam importante refletir sobre o processo avaliativo antes de empregá-lo, elas acreditam ser essencial nessa profissão a qual é a única que continua nas escolas atuando num futuro melhor para seus alunos. Conforme resposta da Coordenadora/supervisora:

“O processo de avaliação precisa constantemente ser discutido, pois sabemos que na formação profissional do magistério a avaliação é que a escola carrega de ser tradicional, pois somos os únicos profissionais que nos formamos na escola e continuamos nela, portanto, reproduzindo suas estruturas”.

A reflexão constante dos passos dos educandos é fundamental para a construção de seus conhecimentos do mundo. Para Hoffmann (2003 p. 17):

A avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação essa, que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade, e acompanhamento na sua trajetória de construção do conhecimento.

A reflexão sobre a Avaliação é fundamental para futuras práticas pedagógicas, ou seja, uma auto-avaliação do professor de como ele está desenvolvendo seu trabalho em sala de aula, possibilitando um olhar sensível sobre si e de seus atos, sendo os alunos o centro do processo de ensino e aprendizagem.

Para a professora regente a reflexão é uma oportunidade de repensar sua prática. Ao questionar se a mesma utiliza-se desse instrumento para avaliar seus alunos, a resposta foi a seguinte:

“Sempre. E resgato a idéia de avaliar para planejar, para repensar, reajustar minha prática”.

Neste sentido, Freire nos mostra a importância da reflexão: “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (1996 p. 39).

É refletindo sobre sua prática hoje que a professora pode melhorar suas futuras práticas, pois lidar com as diversidades existentes no mundo, exige dela um enorme comprometimento, dedicação e tempo.

Para a questão que solicitava se a professora regente realiza uma auto-avaliação do seu trabalho, ela afirma que constantemente está se avaliando e busca o apoio da comunidade (pais), para que isto se realize efetivamente, através de reuniões de no dia-a-dia.

Neste sentido, discutir com a comunidade escolar sobre seu trabalho é uma maneira de melhorar sua atuação, favorecendo o desenvolvimento e a aprendizagem de seus alunos. Sua constante reflexão do trabalho realizado é fundamental para a melhoria de sua prática pedagógica.

A auto-avaliação do professor implica na reflexão de sua atuação em sala de aula, considerado no seu dia-a-dia, em busca de uma educação de qualidade, fazendo com que a construção de conhecimento seja alcançado de maneira eficaz.

Percebeu-se também durante as análises, que a questão indagada as professoras se a auto-avaliação do aluno é uma possibilidade para que eles participem e reflitam, elas acreditam ser um fator importante, pois segundo as respostas o aluno é o ponto central do processo pedagógico.

De acordo com a resposta da coordenadora/supervisora, da diretora e da professora conseqüentemente:

“[...] analisar o processo de desenvolvimento da construção do conhecimento enfocando habilidades e competências”.
“[...] possibilita o olhar em si mesmo e nas implicações dos próprios atos”.
“Apenas durante as aulas de maneira verbal [...]. Normalmente no final de cada aula analiso aquilo que foi positivo, que auxiliou, enriqueceu ou não aquele dia, aquela aula”.

A análise desta última resposta foi constatada em sala de aula através da observação realizada. A professora oportunizou que os alunos opinassem ao final de cada atividade, verificando o que foi bom, o que foi ruim, no que eles têm dificuldades e no que precisam melhorar. Houve respeito por parte da professora do ritmo de desenvolvimento de cada criança na hora de avaliar as atividades realizadas dentro daquele período.

Para o professor, esse recurso pode significar construções de atividades que podem melhorar o seu posicionamento frente à formação de seus educandos. A auto-avaliação auxilia o aluno a pensar sobre o seu desenvolvimento em sala de aula.

A apreciação crítica do aluno sobre o seu trabalho, a construção da aprendizagem, a análise e compreensão dos erros cometidos, permitem que o aluno compreenda as etapas que constituem o seu desenvolvimento.

Só se consegue responder a estas exigências mudando o modo de ensinar do professor, rompendo com certas rotinas pedagógicas fechadas: o professor que expõe a matéria e o aluno que ouve atentamente. Na fase de Educação Infantil é importante a participação na elaboração das atividades.

Neste sentido, a professora necessita compreender como as crianças se desenvolvem e considerar essa perspectiva no momento em que planeja a aula, fazendo com que elas participem, juntamente com a professora, da construção das atividades. Essa atitude da professora faz com que as crianças tenham maior interesse pelas atividades, pois elas participam e decidem em conjunto da construção das atividades que realizarão, sempre respeitando a faixa etária e a realidade que as crianças convivem diariamente. A participação das crianças na construção das atividades é fundamental para o desenvolvimento da cidadania, da autonomia, da convivência, entre outros.

Analisando a pergunta realizada para a professora regente do que se avalia em sala de aula, ela afirma realizar um acompanhamento constante para observar

como o aluno está se desenvolvendo e o que ela almeja que conquistem e desenvolvam nesta fase. Assim ela demonstra uma concepção em construção, pois está relacionando a teoria com a prática vivenciada em sala de aula.

Para Hoffmann o processo avaliativo deve ter as seguintes condições: “contínuo e qualitativo, mediador...” (1998 p. 35).

Constatou-se a preocupação da professora com o desenvolvimento dos alunos. Observou-se em sala de aula que o processo de acompanhamento individualizado estava presente no momento da realização das atividades. Isso é um dos fatores que demonstra o preparo e a experiência da professora como educadora, pois atua como educadora infantil há 15 anos.

Refletindo sobre a questão que solicitava a opinião das docentes de qual Avaliação acreditam ser mais eficiente, a Avaliação Formativa se sobressaiu por ser segundo a Diretora:

“Aquele que dá condições de compreender os avanços e os entraves do processo ensino e aprendizagem e que, com isso, colabora com a (re) construção de novas práticas”.

A Avaliação Formativa de acordo com Perrenoud (apud MACEDO, 2005, p. 39), diz que: “É formativa toda avaliação que ajuda o aluno a aprender e a se desenvolver, ou melhor, que participa da regulação das aprendizagens e do desenvolvimento no sentido de um projeto educativo”.

Esse tipo de Avaliação demonstra uma característica individualizada, centrada no aluno, que exige do professor a elaboração de situações de aprendizagem significativa em uma constante comunicação entre ambos. (MACEDO, 2005).

Essa asserção corrobora com a resposta da Coordenadora/supervisora:

“A avaliação contínua e processual, onde o aluno tenha possibilidade de reconstruir sua aprendizagem”.

Perrenoud, (apud MACEDO, 2005), ainda acrescenta que: “se o professor não constrói para si uma imagem adequada do que se passa na cabeça dos alunos,

há pouca chance de sua intervenção ser decisiva na regulação da aprendizagem” (p. 39).

Assim, no caso da resposta da Diretora toda Avaliação Formativa deve auxiliar o aluno a aprender melhor e para o professor ensinar usufruindo recursos mais eficientes e fazendo com que o professor reveja sua prática dentro da sala de aula.

De acordo com o Projeto Político-Pedagógico da escola a Avaliação é um processo contínuo, participativo com função Formativa, sumativa e investigativa procurando redimensionar as ações em sala de aula, do professor, dos alunos e de todo o coletivo da escola a fim de avançar no desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem, uma vez que torna-se indicadora do desenvolvimento do aluno e que serve como reflexão para os próximos passos do processo.

A Avaliação Formativa não tem como objetivo classificar. Esse tipo de Avaliação foca-se nos processos de aprendizagem dos alunos, em seus aspectos cognitivos, afetivos e relacionais dos mesmos; desenvolve-se em aprendizagens significativas e funcionais que se aplicam em diversos contextos e se atualizam o quanto for preciso para que continue a aprender.

Quando foi questionada a professora regente se o tipo de Avaliação realizada pela mesma é eficiente, ela considera ser um acompanhamento mínimo e necessário. Essa consideração não é suficiente, e que segundo a mesma a Avaliação é um dos processos de maior preocupação no contexto educativo.

Neste ponto de vista, a Avaliação é um processo de maior dificuldade entre os educadores em geral. Considerar um aluno em seu desenvolvimento integral é tarefa complexa e que exige muita dedicação e tempo do professor, principalmente considerando um professor que tem em média trezentos – quatrocentos alunos em turnos de no mínimo quarenta horas semanais.

Observei durante a análise dos dados levantados que as professoras consideram a Avaliação na Educação Infantil como um acompanhamento de todos os aspectos de desenvolvimento da criança. Observar e descrever o que o aluno está construindo ou o que ele necessita de maior atenção exige do educador um comprometimento com o seu trabalho pedagógico e com seus alunos.

Se completar uma ficha de avaliação e acrescentar informações que considerem o desempenho qualitativo e as dificuldades do educando, pode-se

considerar um elo entre educador-educando, contribuindo assim, pela melhoria da qualidade do ensino.

Neste sentido, o professor poderá agir encorajando as crianças a realizarem por si só tudo aquilo que são capazes, tomando pequenas decisões, aprender a lidar com seus sentimentos e pontos de vista e a resolver seus problemas, intervindo como mediador. O desenvolvimento da criança, a construção de sua autonomia encontra-se nas relações democráticas, na interação social, nas relações de respeito mútuo e cooperativo.

A Avaliação, neste caso, serve como um processo de investigação em que o educador compreende melhor a relação entre ele e o educando, e de sua prática pedagógica, aperfeiçoando assim, seu trabalho em sala de aula.

A Avaliação na Educação Infantil é um instrumento que deve estar contemplado no Projeto Político-Pedagógico de cada instituição de educação básica. Além disso, o principal eixo a ser introduzido neste documento são os aspectos globais de “Cuidar e Educar”, sempre considerando a dialogicidade, o respeito, a humanidade, a realidade de cada um, a construção individual e coletiva de conhecimentos, a criatividade, a autonomia, a cultura e os valores que busquem o princípio de cidadania, ao qual são direitos básicos para a formação humana.

A partir dessas colocações, chega-se à conclusão que a Avaliação na Educação Infantil é um instrumento que busca a qualidade do ensino e da aprendizagem dos alunos.

A qualidade do ensino e a aprendizagem dos alunos inserem-se na reflexão constante dos atos do professor servindo como mediador do processo pedagógico e avaliativo.

Neste sentido a Avaliação na Educação Infantil em consonância com o Projeto Político-Pedagógico deve inserir-se dentro de uma gestão participativa, integrando professores, funcionários, alunos, pais e comunidade em geral, que estão em busca de objetivos comuns, como a emancipação de cada educando.

Ressalta-se por fim, que esta pesquisa pode contribuir para os profissionais que querem contribuir para a melhoria da qualidade de ensino e das práticas pedagógicas como os gestores (professores e equipe diretiva e pedagógica) e que estão em busca da transformação social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chega-se assim, ao final desta pesquisa, abrindo espaço para novos estudos. Estas considerações não se acabam aqui, pois somos seres inacabados e o mundo está em constante transformação. Diante disso, pode-se contribuir com algumas discussões acerca da Avaliação na Educação Infantil, ao qual nos propomos a estudar. Destacam-se também, a importância da participação dos professores e dos pais colaborando com as questões solicitadas para a realização da presente pesquisa.

Fazer perguntas às crianças é fundamental para o direcionamento do processo avaliativo. A Avaliação deve ocorrer fundamentalmente pelas respostas dadas as crianças às perguntas realizadas pelo educador e não pelo resultado final do exercício. É imprescindível interpretar o raciocínio em que ela esta utilizando. Dessa maneira, a criança desenvolve a capacidade de expressar verbalmente suas atuações. Nunca esquecer que uma resposta “certa” ou “errada” pode ter uma explicação da criança que seja uma nova alternativa não esperada pelo professor.

Um melhor encaminhamento para desenvolver esse processo avaliativo em turmas de Educação Infantil é separá-las por grupo, anotar respostas de cada dia de um grupo diferente, até ter pelo menos uma explicação de cada atividade de cada criança. O educador pode fazer estas observações em diferentes atividades.

Com as observações em mãos, comparar a evolução de cada aluno individualmente com os resultados apresentados nos exercícios e, por último organizar diferentes níveis apresentados pela turma, de forma que possa dar atividades diferentes aos grupos.

Revisitando a literatura, o autor Gardner (1999), demonstra um exemplo de qualidade de atividades em Educação Infantil, da professora interagindo diretamente com seus alunos, e crianças interagindo entre elas. Veja o exemplo:

Em cada uma das classes de uma escola, grupos de crianças dedicam muitos meses à exploração de um tema de interesse. Esses temas são escolhidos entre os que atraem as crianças – usualmente porque oferecem rica estimulação sensorial e suscitam fascinantes quebra-cabeças. Entre as muitas dúzias de motivos distintos que têm sido investigados ao longo dos anos[...]estão a luz solar, o arco íris, as gotas de chuva, a cidade, uma cidade de formigas, os leões heráldicos do brasão da cidade que dominavam a praça

central de Réggio⁵, os campos de paupolas, um parque de diversão para pássaros construído pelas crianças, e o funcionamento do aparelho de fax. As crianças abordam esses objetos, temas e ambientes de muitos ângulos; e acabam criando engenhosos objetos que absorvem seus interesses e seus estudos – desenhos, pinturas, mostruários, histórias em quadrinhos, mapas, séries fotográficas, modelos de brinquedos, réplicas – na verdade, uma série imprevisível de gêneros, em constante crescimento (p.102).

Por último, se conclui a exploração do tema. Os objetos criados pela professora e seus alunos são expostos para pais, crianças e comunidade em geral possam observar os detalhes com que foram montados. Muitos desses trabalhos são transformados em livros e publicados na própria escola, e muito valorizados por todos.

Os professores desta escola desenvolveram técnicas para atender os diferentes níveis de desenvolvimento de cada criança. Segundo Gardner (1999) as ações e idéias das crianças são levados em consideração em cada planejamento e os docentes refletem o planejamento para as semanas seguintes. Tudo o que se passa durante as aulas é valorizado no momento de planejar as atividades dos dias e semanas seguintes.

O autor resume este pensamento no seguinte parágrafo:

As atividades da semana seguinte (por vezes até do dia seguinte) são uma decorrência dos resultados, dos problemas e quebra-cabeças da semana em curso; e o ciclo é repetido enquanto provar ser fecundo. Crianças e professoras estão constantemente refletindo sobre o significado de uma atividade, que questões ela suscita, como sua profundidade e sua amplitude podem ser produtivamente sondadas (p.103).

A educação requer pessoas que, além de promover a equidade, a cidadania, e o desenvolvimento humano, estejam preparadas para enfrentarem os desafios do mundo em constante mutação. O mundo está muito complexo e a escola não consegue responder às novas exigências que a multiplicidade de acontecimentos em diversas dimensões da vida humana ocorrem.

Neste sentido a Educação Infantil é a fase em que se constrói conhecimentos e habilidades que carregará para o resto da vida. Trabalhar com sentimentos, com a interação, com a motricidade são essenciais para a formação de um cidadão crítico e participativo no mundo atual.

⁵ Cidade localizada no norte da Itália.

A Avaliação na Educação Infantil é de suma importância uma vez que é instrumento de construção do desenvolvimento das potencialidades na escola. Se a avaliação é conduzida de forma reflexiva, percebendo a atuação do próprio professor no processo pedagógico e identificando as necessidades e dificuldades dos alunos, esta servirá como uma auto-avaliação no qual ele identificará os processos a serem melhorados na sua atuação como educador, fazendo com que os objetivos que ele construiu seja alcançados.

Para isso, a Avaliação torna-se um acompanhamento constante do educador até mesmo no ensino em que se segue: o Fundamental e o Médio. Atribuir nota ao aluno não considera o processo por que o aluno está passando, mas sim, no momento em que esse aluno realiza uma prova, não importando seu estado emocional e físico daquele momento.

Na instituição ao qual a pesquisa foi realizada, observou-se a preocupação das professoras e dos pais quanto ao processo avaliativo. As professoras consideram o acompanhamento individualizado e constante na Avaliação de maneira Formativa. Isso quer dizer que é Formativa de maneira a acompanhar a criança em todos os seus níveis de aprendizagem e que serve de forma a investigar as dificuldades e os avanços de cada uma. Dessa forma a reflexão deve permear todos os passos deste processo, havendo um comprometimento das atividades pedagógicas uma vez que dele fazem parte.

Sendo assim, o professor precisa ter uma visão de que o aluno é um ser social, que é um ser político, que tem anseios, necessidades, desejos e curiosidade. É um ser com capacidade crítica e que a Avaliação pode facilitar a autonomia e a criticidade para se capaz de saber, saber fazer, saber ser, a conviver (DELORS, 2000) num mundo de constantes transformações.

Observou-se que a Avaliação está presente no Projeto Político Pedagógico de forma a desenvolver as capacidades integrais da criança e que se devem contemplar os princípios de uma gestão democrática na tomada de decisões dentro da instituição.

A Avaliação deve ser encarada de forma a verificar como o aluno está naquele momento, e isso se constata através do professor, realizando observações críticas de cada atividade em que ele realiza. O professor precisa seguir seus objetivos, e que através destas observações, diagnosticar o que realmente necessita de maior atenção e assim, atingi-los. Como vimos no referencial teórico, os limites

podem ser trabalhados através de jogos competitivos, com regras, e que leve a criança a aprender conceitos básicos de vida. A criatividade pode ser desenvolvida através da confecção que ela faça de seus jogos, podendo, assim, errar, acertar, criar, com atividades que desenvolvam a imaginação, são importantes para a elevação da auto-estima.

O jogo na Educação Infantil, através do lúdico, é fundamental para as práticas pedagógicas do professor. Apesar de nenhum dos questionários apresentar o jogo como um recurso para o desenvolvimento das atividades, destaca-se assim que o jogo pode auxiliar neste processo e conseqüentemente inserir-se a avaliação como um recurso de observação dos fatos.

Então, o educador deveria refletir constantemente sobre sua formação e ação, pois se deve ter claro que está em suas atitudes como educador o futuro de um ser pensante, que tem história e é um ser que convive em sociedade, tornando a aprendizagem prazerosa e motivadora para que os educandos envolvam-se e tenham prazer em estar na escola.

Pode-se dizer que a Avaliação na Educação Infantil é um processo que exige reflexão, cooperação, integração entre os atores que participam do processo escolar juntamente com a comunidade, auto-avaliação constante do professor para que a educação das crianças, em seus aspectos globais, estejam dentro de um processo de aprimoramento de ensino e aprendizagem, recomenda-se para isso, o uso do portfólio onde se guarda todas as produções feitas pela criança durante o ano letivo.

Portanto, com este estudo pretendo deixar alguma contribuição no que diz respeito à avaliação na Educação Infantil. Quem deseja aprimorar o processo avaliativo pode servir de um instrumento válido para tornar sua prática pedagógica a serviço de todos os educandos que se encontram nesta fase de desenvolvimento.

Desejamos uma sociedade mais justa, menos excludente e politicamente sustentável, com direito de todos ao trabalho, à educação, ao desenvolvimento humano é o que necessita ser considerado pela escola. Dependendo das capacidades dos educadores para facilitar a apropriação por parte dos educandos de valores desta nova globalização, desenvolvendo práticas pedagógicas significativas para os educandos e que valorize a solidariedade, a justiça, a convivência e a participação democrática é competência primordial para os educadores comprometidos com a qualidade e igualdade de nossa educação.

6 REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Educação Infantil: prioridades imprescindíveis**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BORBA, Fabiane I. M. de O. **Avaliação escolar para a emancipação do sujeito em uma sociedade diversificada e globalizada**. UFSM/CE/NAEES; Santa Maria, RS, Junho 2005.

BOLZAN, Doris P. V. **Formação de Professores: compartilhando e reconstruindo conhecimentos**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: 1996.

_____. Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005.

_____. **Lei nº 11.114 de 16 de maio de 2005**. Mensagem de veto. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2005/lei/l11114.htm> acesso em 19 de nov. de 2007.

_____. Parecer CEB/NE nº 22/1998. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**.

_____. **Parecer CNE/CEB nº18**, aprovado em 15 de setembro de 2005. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em 19 de nov. de 2007.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** (1998). Ministério da Educação e Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CASTRO, Amélia A. D. Procurando Piaget na Educação Infantil: análise da versão preliminar do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. In: ASSIS, Orly Zucatto M. **Um olhar construtivista sobre a educação** (org). Campinas, SP: Vieira, 2001.

DELORS, J. (Org.). **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez, Brasília: MEC/UNESCO, 2000.

ESTEBAN, Maria T. **Jogos de encaixe: educar ou formatar desde a pré-escola?** In: GARCIA, Regina L. (org). Revisitando a pré-escola. 6. ed. São Paulo, Cortez, 2005.

FARIA, Ana Lúcia G. de e PALHARES, Marina S. (orgs). **Educação Infantil Pós-LDB: rumos e desafios**. Campinas, SP: Autores Associados – FE/UNICAMP; São Carlos, SP: Editora da UFSCar; Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 1999 b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

_____. Moacir. Pressupostos do projeto pedagógico. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1994, Brasília. **Anais** Brasília: MEC, 1994.

GARCIA, Regina L. **Discutindo a escola pública de Educação Infantil – a reorientação curricular**. In: GARCIA, Regina Leite (org). Revisitando a pré-escola. 6. ed. São Paulo, Cortez, 2005.

GARDNER, Howard. **O verdadeiro, o belo e o bom**: os princípios básicos para uma nova educação. Trad. Álvaro Cabral. Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 1999.

GIL, Antonio C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo; Editora Atlas S.A., 2002.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação**: os projetos de trabalho. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

HOFFMANN, Jussara M. L. **Avaliação**: mito e desafio: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 2003, 32. ed. Revista.

_____. **Avaliação na pré-escola**: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre; Mediação; 11. ed., 1996.

_____. **Contos e contrapontos** : do pensar ao agir em avaliação. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. **O jogo do contrário em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

KRAMER, Sônia (coord). **Com a pré-escola nas mãos**: uma alternativa curricular para a educação infantil. 13. ed. Editora Ática: São Paulo, 1999.

LIBÂNEO, J.C; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, MS. (orgs). **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

_____, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LIMA, Adriana F. S. de O. **Pré-Escola e Alfabetização**: uma proposta baseada em P. Freire e J. Piaget. 12. ed. Editora Vozes, Petrópolis, 1999.

LOPES, Maria da Glória. **Jogos na educação**: criar, fazer, jogar. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

LUDKE, Menga. & ANDRÊ, Marli. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU. 1986.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo; Cortez; 2. ed. 1995.

MACEDO, Lino. **Ensaio pedagógico: como construir uma escola para todos?** Porto Alegre: Artmed, 2005.

MARQUES, Juracy C. **Os caminhos do professor; incertezas, inovações, desempenhos**. Porto Alegre, Globo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1975.

MELCHIOR, Maria C. **Da avaliação dos saberes à competência**. Premier. Porto Alegre, 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

NEGRINE, Airton. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil1 simbolismo e jogo**. 7. ed. Porto Alegre: Prodil, 1994.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas et al. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANDER, Benno. Educação, trabalho e cidadania: eixos de uma política social relevante. In: **Políticas públicas e gestão democrática da educação**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

TOGNETA, Luciene R. P. **A construção da solidariedade e a educação do sentimento na escola:** uma proposta de trabalho com as virtudes numa visão construtivista. Campinas SP: Mercado de Letras, São Paulo: Fapesp, 2003.

TRIVINÓS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, Ilma P. A. (org). **Projeto Político Pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas, 15. ed. SP, Papirus, 1995.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em Educação Infantil.** Porto Alegre: Art Med, 1998.

7 ANEXOS

ANEXO A

Professor: Professora regente da turma.

Meu nome é Daniéla Antonello Della Méa e sou aluna do Curso de Especialização em Gestão Educacional da UFSM e este questionário faz parte do meu trabalho de conclusão de pós-graduação. Tenho como objetivo averiguar as suas crenças a respeito da Avaliação na Educação Infantil. Não busco julgar nem apreciar suas crenças, e sim, verificá-las.

Agradeço sua colaboração.

Professor _____

1) Possui habilitação específica em Educação Infantil?

2) Há quantos anos trabalha com Educação Infantil?

3) Qual sua concepção de gestão escolar e avaliação?

4) Qual o papel do gestor frente à avaliação? Que relação você acredita que possam?

5) O processo de avaliação está contemplado no Projeto Político Pedagógico? De que forma?

6) Você se baseia neste documento? De que forma?

7) Através de quais instrumentos você avalia seus alunos?

Parecer descritivo, contendo aspectos do desenvolvimento integral (social, físico, afetivo, cognitivo...);

Diversos trabalhos produzidos durante o decorrer do ano letivo;

Apresentações orais;

Participação em aula;

Trabalhos de criatividade, jogos, brincadeiras, etc.

Respeito ao ritmo de desenvolvimento do educando;

Portifólio;

Outros.

Porque esses instrumentos? Qual é o seu critério de escolha?

8) Na sua opinião, por que se deve avaliar o aluno? (pode marcar mais de uma).

para ver como está as competências e habilidades do aluno dentro do grupo

para ver como está o relacionamento do aluno como indivíduo como ser social (grupo)

por obrigação da instituição

para observar a minha eficiência como professor

9) Como e quando se observa e escuta? Como e quando se registra e interpreta o progresso ou as dificuldades do grupo ou de cada criança?

10) Você reflete sobre o processo avaliativo antes de empregá-lo?

sempre às vezes raramente nunca

11) Como é feito o processo avaliativo na Educação Infantil?

12) O que você costuma avaliar em sala de aula?

13) Após o uso dos instrumentos de avaliação, você faz uma análise do que foi o seu emprego, como este se deu e os resultados obtidos?

sempre às vezes raramente nunca

14) Você oferece a auto-avaliação como uma possibilidade para seus alunos?

Por quê?

15) Quando você termina o processo avaliativo, acredita que os instrumentos utilizados são realmente as que indicam o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno? Por quê?

16) Como e quando você se auto-avalia? Há reuniões para debates e orientações acerca do processo avaliativo? Com que frequência?

17) De modo geral, você considera o seu tipo de avaliação eficiente? Por quê?

OBRIGADA!

Professor: Diretora e Coordenadora/supervisora dos anos iniciais

Professor _____

1) Há quantos anos você se graduou?

2) Há quantos anos você trabalha nesta instituição?

3) Qual sua concepção de gestão escolar e avaliação?

4) Qual o papel do gestor frente à avaliação? Que relação você acredita que possuam?

5) O processo de avaliação na Educação Infantil está contemplado no Projeto Político Pedagógico? De que forma?

6) Qual (is) instrumento(s) você considera válido para avaliar os alunos na Educação Infantil?

Parecer descritivo, contendo aspectos do desenvolvimento integral (social, físico, afetivo, cognitivo...)

Diversos trabalhos produzidos durante o decorrer do ano letivo

Apresentações orais

Participação em aula

Trabalhos de criatividade, jogos, brincadeiras, etc.

Respeito ao ritmo de desenvolvimento do educando;

Portifólio

Outros.

Porque esses instrumentos?

7) Na sua opinião, por que se deve avaliar o aluno? (pode marcar mais de uma).

para ver como está as competências e habilidades do aluno dentro do grupo

para ver como está o relacionamento do aluno como indivíduo como ser social (grupo)

por obrigação da instituição

para observar a eficiência do professor

8) Você acha importante refletir sobre o processo de avaliação antes de empregá-lo? Por quê?

9) Você considera essencial fazer uma análise dos resultados obtidos na avaliação dos alunos? De que forma?

10) Você acredita que a auto-avaliação é uma possibilidade para que os alunos participem e reflitam? Por quê?

11) De modo geral, que tipo de avaliação você acredita ser eficiente? Por quê?

OBRIGADA!

Destinado aos pais.

1) Qual seu entendimento a respeito de Gestão Escolar e Avaliação na Educação Infantil?

2) Você acha importante a avaliação neste período de desenvolvimento de seu (a) filho (a)? Por quê?

3) De que forma é apresentada a você a avaliação (pode marcar mais de uma):
() Parecer descritivo, contendo aspectos do desenvolvimento integral (social, físico, afetivo, cognitivo...);
() Apresentações orais;
() Participação em aula;
() criatividade
() Outros.

4) É solicitada sua participação e opinião no processo escolar de seu(a) filho (a)? Você costuma participar? De que forma?

5) Na sua opinião, o que deveria ser acrescentado no processo avaliativo? Por quê?

OBRIGADA

ANEXO B

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

ALUNO (A): / PRÉ

Faltas:

LEGENDA: A – SEMPRE B – EM DESENVOLVIMENTO C – APRESENTA DIFICULDADE
--

Pronuncia corretamente as palavras.	
Reconhece e escreve seu nome	
Narra pequenas histórias	
Identifica as características pessoais diferenciando-as dos demais	
Reconhece os sons que o corpo produz	
Constrói conceito de número (noção de quantidade) e seqüência numérica	
Reconhece cores e tamanhos	
Analisa os diferentes tipos de famílias	
Reconhece o nome da escola e suas dependências	
Estabelece diferenças entre mais e menos, grande e pequeno, maior e menor, alto e baixo, curto e longo, grosso e fino, largo e estreito, cheio e vazio, amargo, doce e azedo.	
Diferencia sons: forte, fraco, agudo e grave	
Reconhece ontem, hoje, amanhã, cedo, tarde e noite	
Acompanha e reproduz melodias novas	
Vivencia jogos e brincadeiras	
Utiliza tesoura, material de sucata, jogos pedagógicos e revistas	
Percebe e domina o corpo em relação a si próprio, objetos e pessoas	
Pratica exercícios livres que desenvolvam o equilíbrio e lateralidade	
Relaciona-se bem com colegas, professores e funcionários	
Responsabiliza-se por suas atitudes, sem necessidade de ser supervisionado	
Compartilha com os colegas materiais e brinquedos	
Ouve com atenção, espera sua vez de falar e respeita a opinião dos outros	
Demonstra interesse na organização dos materiais coletivos e individuais	
Concentra-se na aula durante a realização das atividades	
Completa uma atividade antes de começar a outra	
Realiza as atividades com autonomia e determinação, conforme orientações da professora	
Reconhece seus direitos e deveres	
Estabelece hábitos de higiene	
Demonstra hábitos de cortesia (faça o favor, muito obrigado...)	
Participa com interesse das atividades alusivas a datas comemorativas	
Reconhece os órgãos dos sentidos	
Freqüenta assiduamente as aulas	
Apresenta conhecimentos sobre alimentação adequada	
Identifica e reconhece diferentes animais	
Reconhece Hinos e Bandeiras	
Demonstra valorização e respeito à vida	
Sente-se responsável pela sua ação no meio ambiente	
Observações:	